

INFORME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

JULHO/2014

Volume 26 • Número 07



Artigo

Análise das Estatísticas de
Acidentes do Trabalho na
Construção Civil

Nota técnica

Resultado do RGPS
de junho/2014

Expediente

Ministro da Previdência Social
Garibaldi Alves Filho

Secretário Executivo
Carlos Eduardo Gabas

Secretário de Políticas de Previdência Social
Benedito Adalberto Brunca

Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social
Rogério Nagamine Costanzi

Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público
Narlon Gutierre Nogueira

Diretor do Departamento dos Regimes de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional
Marco Antônio Gomes Péréz

Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários
Emanuel de Araújo Dantas

Corpo Técnico
Andrea Velasco Rufato
Carolina Fernandes dos Santos
Carolina Verissimo Barbieri
Edvaldo Duarte Barbosa

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários.

Diagramação: Assessoria de Comunicação Social/MPS.

Também disponível na internet no endereço: www.previdencia.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

ISSN da versão impressa 2318-5759

Correspondência

Ministério da Previdência Social • Secretaria de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408
E-mail: cgep@previdencia.gov.br



Artigo

ANÁLISE DAS ESTATÍSTICAS DE
ACIDENTES DO TRABALHO NA
CONSTRUÇÃO CIVIL

Eduardo da Silva Pereira

*Membro da carreira de Especialista em Políticas
Públicas e Gestão Governamental. Coordenador-Geral
de Estatística, Demografia e Atuária.*

Análise das Estatísticas de Acidentes do Trabalho na Construção Civil

O setor da construção civil tem uma elevada importância econômica, cuja relevância se manifesta também no grande número de trabalhadores que exercem suas atividades no setor, que tradicionalmente é intensivo em mão de obra. O setor é muito heterogêneo em termos de tamanho das empresas e do seu nível tecnológico, havendo muitas empresas pequenas, de baixa tecnologia e com métodos de trabalho antiquados. Há também variadas formas de organização do trabalho com grande participação de autônomos, de terceirização de atividades e subcontratação de tarefas. Por ser um setor que depende muito do trabalho físico, braçal, acolhe muitos trabalhadores com menor nível de instrução, que passam a desempenhar atividades desgastantes e perigosas. Nesse contexto a ocorrência de acidentes do trabalho não é incomum. Pelo contrário, esse setor é geralmente visto tanto no governo, como entre trabalhadores e setores empresariais como sendo um nos quais mais ocorrem acidentes que resultam em lesões temporárias e permanentes, eventualmente levando ao óbito de trabalhadores.

Tendo em vista esse cenário, o objetivo desse trabalho é contextualizar essa visão por meio da apresentação dos dados de acidentes do trabalho disponíveis em fontes de consulta públicas. Os dados utilizados são originários do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho, publicação do Ministério da Previdência Social que está disponível na internet. Para as tabulações foi utilizado o aplicativo AEAT Infologo, que permite a seleção e cruzamento de variáveis e a construção de tabelas personalizadas.

Os dados foram selecionados para todos os acidentes ocorridos em empresas enquadradas nos códigos vinculados à Seção F da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, versão 2.0, apresentados na Tabela 1.

Tabela 1

Códigos de construção civil na Classificação CNAE 2.0

| SEÇÃO | DIVISÃO | CLASSE |
|-------|--|---|
| F | 41 - Construção de edifícios | 4110 Incorporação de empreendimentos imobiliários |
| | | 4120 Construção de edifícios |
| | 42 - Obras de infra- estrutura | 4211 Construção de rodovias e ferrovias |
| | | 4212 Construção de obras de arte especiais |
| | | 4221 Obras para geração e distribuição de energia elétrica e telecomunicações |
| | | 4292 Montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas |
| | | 4299 Obras de engenharia civil não especificadas anteriormente |
| | 43 - Serviços especializados para construção | 4313 Obras de terraplenagem |
| | | 4321 Instalações elétricas |
| | | 4329 Obras de instalações em construções não especificadas anteriormente |
| | | 4330 Obras de acabamento |
| | | 4399 Serviços especializados para construção não especificados anteriormente |

Embora existam edições do AEAT desde o ano 2000, antes de janeiro 2007 as estatísticas de acidentes do trabalho por atividade econômica utilizavam a estrutura da CNAE 1.1, substituída pela CNAE 2.0. Quando da introdução da CNAE 2.0 foi feito um trabalho de conversão das estatísticas de acidentes do trabalho do ano de 2006 para a nova CNAE, de forma que na atual estrutura não é possível retroagir a períodos anteriores a esse ano.

Acidentes do trabalho registrados

Os acidentes do trabalho devem ser registrados por meio de emissão da Comunicação de Acidentes do Trabalho – CAT¹ até 24 horas após a sua ocorrência. No entanto, em muitas situações, ela ou é entregue com atraso ou mesmo não é entregue, gerando um subregistro de acidentes do trabalho. A partir de abril de 2007 o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS implementou nova metodologia de concessão de benefícios acidentários que prescinde da CAT. Essa metodologia indica a existência de acidente do trabalho a partir da correlação entre a lesão produzida e a atividade econômica na qual o trabalhador desenvolvia suas atividades, ou seja, havendo essa correlação há direito ao benefício acidentário e consequentemente deduz-se que houve um acidente do trabalho. Mas pode ser que não tenha havido registro de CAT para esse acidente. Com isso, além dos acidentes com CAT registrada, o AEAT passou a apresentar uma nova categoria de acidentes, os acidentes sem registro de CAT. Como não há registro, faltam diversas informações sobre o acidente, embora haja informações sobre suas consequências.

A Tabela 2 apresenta a quantidade de acidentes do trabalho no setor da construção civil, segundo situação de registro, se foi registrada Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT ou não e motivo do acidente, se típico, de trajeto ou doença profissional, para a Seção F da CNAE para o período 2006 a 2012².

Tabela 2

Quantidade de acidentes do trabalho por situação do registro e motivo na construção civil – Seção F da CNAE – Brasil – 2006/2012

| ANO | CONSTRUÇÃO CIVIL | | | | | TOTAL DE ACIDENTES NO BRASIL (B) | A/B) % |
|--------------------|------------------|---------|--------------------|---------|----------------------------|----------------------------------|--------|
| | COM CAT | | | SEM CAT | TOTAL CONSTRUÇÃO CIVIL (A) | | |
| | TÍPICO | TRAJETO | DOENÇA DO TRABALHO | | | | |
| 2006 | 24.592 | 3.294 | 1.168 | - | 29.054 | 512.232 | 5,67% |
| 2007 | 25.797 | 3.540 | 1.025 | 7.032 | 37.394 | 659.523 | 5,67% |
| 2008 | 33.288 | 4.594 | 940 | 14.008 | 52.830 | 755.980 | 6,99% |
| 2009 | 35.265 | 5.042 | 1.111 | 14.252 | 55.670 | 733.365 | 7,59% |
| 2010 | 36.611 | 5.660 | 1.052 | 12.597 | 55.920 | 709.474 | 7,88% |
| 2011 | 39.301 | 6.281 | 957 | 13.269 | 59.808 | 720.629 | 8,30% |
| 2012 | 41.111 | 6.608 | 740 | 14.415 | 62.874 | 705.239 | 8,92% |
| Variação 2012/2008 | 23,5% | 43,8% | -21,3% | 2,9% | 19,0% | -6,7% | 27,6% |

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho - AEAT

1 - Antes dessa data a concessão de benefício de natureza acidentária somente era feita após o registro da CAT.
2 - No aplicativo AEAT Infologo (<http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/>) é possível obter esses dados segundo unidade da federação.

A nova sistemática levou a um aumento significativo na quantidade de acidentes do trabalho, mas por ter sido implementada a partir do mês de abril de 2007 não afetou toda a estatística desse ano. Por isso, ao se analisar uma série histórica é melhor tomarmos como referência o ano de 2008 por ter sido o primeiro ano em que a nova metodologia foi aplicada durante um ano completo. Isso pode ser observado ao se considerar a quantidade de acidentes sem CAT registrada. De zero em 2006 passou a sete mil acidentes sem CAT em 2007 e 14 mil em 2008 apenas no setor da construção civil. Esses 14 mil acidentes adicionais representam quase 50% do total de acidentes registrados em 2006, antes da introdução da nova metodologia, indicando o quanto a subnotificação de acidentes era relevante no setor da construção civil. No Brasil passou-se de um nível de cerca de pouco mais de 500 mil acidentes do trabalho em 2006 para cerca de 750 mil acidentes em 2008, sendo que nesse ano foram identificados 200 mil acidentes sem registro de CAT.

A partir da Tabela 2 é possível comparar a evolução dos dados entre 2008 e 2012. Enquanto o total de acidentes no Brasil cai 6,7% no período, o total de acidentes no setor da construção civil aumenta 19%. Evidentemente esse diferencial nas taxas de variação fez com que a construção civil tivesse participação crescente no total de acidentes do trabalho no país. Em 2008 os acidentes na construção civil representaram 6,9% do total de acidentes no Brasil, passando a representar 8,9% em 2012, evidenciando o crescente peso desse setor na ocorrência de acidentes do trabalho.

Em outra perspectiva é possível verificar a composição dos acidentes na construção civil segundo o motivo e observar que há diferenças significativas nas taxas de variação segundo o motivo do acidente. Os acidentes típicos foram responsáveis por 65,4% do total de acidentes no setor no ano de 2012. Os acidentes de trajeto responderam por 10,5% das ocorrências e as doenças do trabalho por

reduzidos 1,2%. Os acidentes sem registro de CAT, que não podem ser classificados segundo o motivo representaram 22,9% dos acidentes na construção civil³.

No que tange às taxas de variação dos diversos períodos ao longo de 2008/2012, observa-se que a maior variação ocorreu nos acidentes de trajeto, 43,8%, indicando que as condições externas à atividade produtiva sobre as quais as empresas têm menor controle estão influenciando de forma mais intensa os níveis de acidentes nesse setor⁴. O segundo motivo com maior crescimento foram os acidentes típicos, com 23,5% de variação no período. Essa variação é importante, considerando que o total de acidentes no Brasil caiu 6,7% no período analisado. Por outro lado há expressiva queda nas doenças do trabalho⁵ e um sutil crescimento nos acidentes sem CAT registrada.

Considerando-se o total de acidentes do trabalho na construção civil observa-se que entre 2006 e 2012 houve um crescimento de 116% na quantidade de acidentes. Entre 2008 e 2012, no entanto, a variação foi de 19%, indicando que a mudança de metodologia implementada em 2007 teve efeito importante em evidenciar um grande volume de acidentes que ocorriam e não eram notificados.

Na Tabela 3 são apresentados dados de acidentes do trabalho na construção para o período 2006 a 2012 segundo as três divisões da CNAE que estão contidas na Seção F. Nela é possível observar que as três divisões têm participação diferenciada no total de acidentes do setor da construção civil. As atividades contidas na Divisão 41 foram responsáveis por 42,8% dos acidentes do trabalho em 2012, a Divisão 42 por 38,1% e a Divisão 43 pelos 19,0% restantes. Isso de certa forma era esperado, uma vez que nas divisões 41 e 42 estão concentradas as atividades de construção de edifícios e obras de infraestrutura, responsáveis pela maior parte do emprego e pelas atividades que podem ser consideradas mais sujeitas a riscos⁶.

3 - Como a classificação por motivo é um dado obtido da CAT, é impossível classificar por motivo os acidentes que não tiveram CAT registrada.

4 - Essa afirmativa deve ser ponderada pela observação do pouco peso dos acidentes de trajeto no total de acidentes do setor.

5 - Doença do trabalho é a doença adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.

6 - Na Divisão 43 estão os serviços especializados de construção civil e atividades como obras de acabamento, instalações elétricas, terraplanagem entre outras.

Tabela 3

Quantidade de acidentes do trabalho na construção civil segundo Divisão CNAE 2.0 - Brasil - 2006-2012

| ANO | DIVISÃO CNAE | | | | | | SEÇÃO F DA CNAE | |
|--------------------|--------------|-------|--------|-------|--------|-------|-----------------|--------|
| | 41 | | 42 | | 43 | | | |
| | ABS. | % | ABS. | % | ABS. | % | ABS. | % |
| 2006 | 11.641 | 40,1% | 12.883 | 44,3% | 4.530 | 15,6% | 29.054 | 100,0% |
| 2007 | 14.740 | 39,4% | 16.626 | 44,5% | 6.028 | 16,1% | 37.394 | 100,0% |
| 2008 | 20.891 | 39,5% | 22.472 | 42,5% | 9.467 | 17,9% | 52.830 | 100,0% |
| 2009 | 21.959 | 39,4% | 22.961 | 41,2% | 10.750 | 19,3% | 55.670 | 100,0% |
| 2010 | 22.928 | 41,0% | 21.871 | 39,1% | 11.121 | 19,9% | 55.920 | 100,0% |
| 2011 | 25.509 | 42,7% | 22.471 | 37,6% | 11.828 | 19,8% | 59.808 | 100,0% |
| 2012 | 26.934 | 42,8% | 23.967 | 38,1% | 11.973 | 19,0% | 62.874 | 100,0% |
| Variação 2012/2008 | 28,9% | | 6,7% | | 26,5% | | 19,0% | |

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho AEAT

Divisões da CNAE:

41 Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

42 Obras de Infraestrutura

43 Serviços Especializados em Construção Civil

Mas ao se observar a evolução da participação de cada divisão no total de acidentes da construção civil no período 2008 a 2012 chama a atenção uma situação que deve ser objeto de estudo mais aprofundado, o pequeno crescimento observado nos acidentes ocorridos na Divisão 42, 6,7%. Essa taxa é significativamente inferior à observada nas outras duas divisões e aponta para uma mudança estrutural na distribuição dos acidentes do trabalho dentro dos setores que compõem a construção civil.

Na Tabela 4 são apresentadas as taxas de variação da quantidade de acidentes do trabalho por Divisão da CNAE segundo os motivos do acidente. Ao abrirmos os dados de acidentes das divisões que compõem o setor da construção civil, é possível observar que no período 2008 a 2012 a Divisão 42 da CNAE apresentou taxas de crescimento menores do que as demais divisões da construção civil em todos os motivos de acidentes, exceto o de doença do trabalho. Isso sugere que fatores estruturais podem estar por trás da relativamente pequena variação no número de acidentes no setor de obras de infraestrutura.

Tabela 4

Variação percentual no período 2008 a 2012 da quantidade de acidentes do trabalho por Divisão da CNAE, segundo motivo do acidente - Brasil

| MOTIVO DO ACIDENTE | DIVISÃO CNAE | | | SEÇÃO F DA CNAE |
|----------------------------|--------------|--------|--------|-----------------|
| | 41 | 42 | 43 | |
| Típico-Com Cat | 33,4% | 11,8% | 34,4% | 23,5% |
| Trajeto-Com Cat | 59,9% | 11,6% | 81,4% | 43,8% |
| Doença do Trabalho-Com Cat | -24,1% | -11,8% | -30,4% | -21,3% |
| Sem CAT | 15,1% | -11,1% | -1,2% | 2,9% |
| Total | 28,9% | 6,7% | 26,5% | 19,0% |

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho AEAT

Divisões da CNAE:

41 Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

42 Obras de Infraestrutura

43 Serviços Especializados em Construção Civil

Acidentes Liquidados

Uma outra perspectiva relevante quando se lida com acidentes do trabalho diz respeito às consequências dos acidentes do trabalho. Um acidente pode ter consequências de variadas gravidades. Pode ser um evento simples cujas consequências serão tratadas de forma ambulatorial na própria empresa, com retorno imediato ao trabalho, ter consequências mais graves que podem levar ao afastamento do trabalho por um período que pode ser de um dia ou para sempre, e em casos extremos, levar ao óbito do trabalhador. Para possibilitar a apresentação desses dados relativos às consequências de acidentes do trabalho foi criado o conceito de acidente liquidado. Acidente liquidado é, segundo definição contida no AEAT, o acidente cujo processo foi encerrado administrativamente pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, depois de completado o tratamento e indenizadas as sequelas. Na forma como são apresentados os dados o acidente pode ter cinco consequências: simples atendimento médico, afastamento por menos de 15 dias, afastamento por mais de 15 dias, invalidez permanente e óbito.

A Tabela 5 apresenta os acidentes liquidados para o setor da construção civil segundo consequência no período 2006 a 2012.

Tabela 5

Quantidade de acidentes do trabalho liquidados no setor de construção civil, segundo consequência – Brasil – 2006-2012

| ANO | ASSISTÊNCIA MÉDICA | INCAPACIDADE MENOS DE 15 DIAS | INCAPACIDADE MAIS DE 15 DIAS | INCAPACIDADE PERMANENTE | ÓBITOS | TOTAL |
|--------------------|--------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------------|--------|--------|
| 2006 | 4.857 | 16.677 | 9.472 | 768 | 284 | 32.058 |
| 2007 | 5.588 | 16.778 | 15.635 | 751 | 319 | 39.071 |
| 2008 | 7.871 | 21.385 | 23.988 | 1.117 | 384 | 54.745 |
| 2009 | 7.679 | 23.679 | 24.749 | 1.316 | 407 | 57.830 |
| 2010 | 7.145 | 25.667 | 23.526 | 1.288 | 456 | 58.082 |
| 2011 | 8.185 | 26.941 | 25.074 | 1.356 | 471 | 62.027 |
| 2012 | 9.665 | 27.363 | 26.175 | 1.448 | 450 | 65.101 |
| Variação 2012/2008 | 22,8% | 28,0% | 9,1% | 29,6% | 17,2% | 18,9% |

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho AEAT

Como pode ser observado, o total de acidentes liquidados em cada ano é diferente do total de acidentes registrados. Isso é esperado, já que são conceitos diferentes, sendo que a liquidação não se dá necessariamente no ano em que ocorreu o acidente, mas deve ser destacado que a diferença é relativamente pequena, entre 3% e 4,5% no período. Em termos de distribuição dos acidentes conforme suas consequências, em 2013 as consequências mais importantes foram o afastamento por menos de 15 dias (42,0%), seguida do afastamento por mais de 15 dias (40,2%), respondendo ambos por cerca de 82% do total de acidentes liquidados no ano de 2012. Em seguida vem os acidentes com simples assistência médica (14,8%), a incapacidade permanente (2,2%) e os óbitos (0,7%). Esses dados mostram que mais da metade (56,8%) dos acidentes do trabalho na construção civil dos quais se tem conhecimento tem seus custos suportados pelos empregadores, uma vez que o trabalhador tem direito ao benefício de auxílio-doença acidentário apenas a partir do 15º dia de afastamento, ficando sua remuneração no período a cargo do empregador⁷. No que se refere à evolução dos números ao longo do período analisado, e novamente fazendo a comparação apenas entre 2008 e 2012 em função da mudança na metodologia da concessão de benefícios acidentários, as taxas de crescimento das diversas consequências são bem diferentes. Enquanto o afastamento por menos de 15 dias e os casos de invalidez permanente cresceram quase 30% no período, os casos de afastamento por mais de 15 dias cresceram apenas 10% entre 2008 e 2012. Já os casos de simples assistência médica cresceram quase 23% e os óbitos significativos 17% no mesmo período. Exceto pelo aumento no número de casos de incapacidade permanente, as maiores taxas de crescimento entre 2008 e 2012 foram as de assistência médica e de incapacidade por menos de 15 dias, que são as consequências de menor gravidade em um acidente.

O crescimento dos casos de incapacidade permanente e de óbitos, consequências mais graves de um acidente do trabalho, foi significativo embora menor do que o dos acidentes menos graves⁸. Ainda assim, em 2012, 450 trabalhadores perderam a vida e outros 1.448 ficaram inválidos em função de acidentes do trabalho no setor da

7 - Nessa conclusão não se está considerando que há outros custos que usualmente não são cobertos pelos empregadores como custos de tratamento, sem mencionar os custos incorridos pelo trabalhador e sua família.

8 - Deve ser considerado também o número de acidentes com consequências mais graves equivale a 5% do número de acidentes com consequências menos graves.

construção civil, o que deve ser considerado inaceitável sob qualquer perspectiva.

Os dados disponíveis também permitem detalhar os acidentes de acordo com suas consequências, segundo a atividade econômica das empresas. A Tabela 6 apresenta as taxas de variação dos acidentes liquidados segundo consequência por Divisão da CNAE, referentes à construção civil. Os dados são interessantes pois permitem ver que as consequências variaram muito entre as três divisões.

Tabela 6
Variação percentual no período 2008 a 2012 da quantidade de acidentes do trabalho por Divisão da CNAE, segundo consequência do acidente - Brasil

| CONSEQUÊNCIA DO ACIDENTE | SEÇÃO F DA CNAE | DIVISÃO CNAE | | |
|-------------------------------|-----------------|--------------|-------|-------|
| | | 41 | 42 | 43 |
| Assistência médica | 22,8% | 16,2% | 29,9% | 1,9% |
| Incapacidade menos de 15 dias | 28,0% | 41,7% | 5,7% | 56,8% |
| Incapacidade mais de 15 dias | 9,1% | 20,3% | -7,6% | 12,2% |
| Incapacidade permanente | 29,6% | 25,0% | 28,4% | 41,9% |
| Óbitos | 17,2% | 21,4% | -2,1% | 62,3% |
| Total | 18,9% | 28,6% | 6,5% | 27,0% |

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho AEAT
Divisões da CNAE:
41 Incorporação de Empreendimentos Imobiliários
42 Obras de Infraestrutura
43 Serviços Especializados em Construção Civil

A variação da quantidade total de acidentes liquidados é semelhante à variação observada nos acidentes ocorridos, o que é esperado, uma vez que a liquidação é uma consequência da ocorrência de um acidente. Mas quando se detalha os dados segundo as divisões da CNAE correspondentes à construção civil, alguns dados chamam a atenção. Na Divisão 42, Obras de Infraestrutura, há um crescimento significativo dos acidentes com assistência médica e com incapacidade permanente, mas um crescimento pequeno nos acidentes com afastamento de menos de 15 dias e uma redução nos afastamentos por mais de 15 dias e dos óbitos. Esse comportamento é bastante diferenciado em relação às outras duas divisões, indicando a necessidade de estudos específicos que permitam identificar suas causas. Na Divisão 43, Serviços Especializados em Construção Civil, há um crescimento acentuado nos óbitos, na incapacidade permanente e nos afastamentos de menos de 15 dias. O crescimento das consequências mais graves nessa divisão indica uma situação preocupante, embora deva ser lembrado o pequeno peso desses acidentes no total de acidentes do setor⁹. Na Divisão 41, destaca-se o crescimento nos afastamentos por menos de 15 dias.

9 - Na Divisão 43 ocorreram 305 incapacidades permanentes e óbitos em 2008 e 447 em 2012, crescimento de 46,5%. No entanto em 2008 essas consequências corresponderam a 3,1% dos acidentes liquidados no setor e 3,6% em 2012.

Indicadores de acidentes do trabalho

Embora esteja evidente, tanto na série de dados de acidentes de trabalho quanto no de acidentes de trabalho liquidados, o acentuado crescimento no número de acidentes no setor da construção civil no período 2008 a 2012, a simples observação desse crescimento não é suficiente para concluirmos que houve um agravamento das condições de trabalho no setor. Isso porque os acidentes em um setor econômico dependem, de maneira importante, da quantidade de trabalhadores naquele setor. Ou seja, tudo o mais constante, um aumento no número de trabalhadores no setor implicará em um aumento no número absoluto de acidentes do trabalho. Tendo em vista essa relação, mais relevante do que analisar o número absoluto de acidentes do trabalho é analisar os números relativos de acidentes, ponderados pelo volume do emprego no setor de atividade analisado.

Para fazer essa análise para a construção civil é essencial primeiro se conhecer o volume de emprego no setor. A Tabela 7 apresenta a evolução do número médio de vínculos empregatícios nas divisões que compõem a Seção F da CNAE ao longo do período 2007 a 2012¹⁰. O número médio de vínculos corresponde à média mensal dos vínculos empregatícios informados na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, e se referem apenas aos trabalhadores que fazem jus à cobertura contra os riscos ambientais do trabalho¹¹.

Tabela 7

Número médio de vínculos empregatícios nas divisões da Seção F da CNAE – 2007-2012

| ANO | DIVISÃO CNAE | | | SEÇÃO F DA CNAE |
|--------------------|--------------|---------|---------|-----------------|
| | 41 | 42 | 43 | |
| 2007 | 758.154 | 504.149 | 255.852 | 1.518.156 |
| 2008 | 863.967 | 665.966 | 403.887 | 1.933.820 |
| 2009 | 913.296 | 742.515 | 489.823 | 2.145.634 |
| 2010 | 1.138.437 | 855.043 | 614.840 | 2.608.320 |
| 2011 | 1.315.423 | 903.754 | 731.472 | 2.950.649 |
| 2012 | 1.421.780 | 972.504 | 817.851 | 3.212.135 |
| Variação 2012/2007 | 87,5% | 92,9% | 219,7% | 111,6% |

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho AEAT

Divisões da CNAE:

41 Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

42 Obras de Infraestrutura

43 Serviços Especializados em Construção Civil

10 - Para os anos de 2007 e 2008 o número de vínculos foi estimado indiretamente, para o período 2009 a 2012 os dados estão disponíveis para consulta no Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho – AEAT.

11 - Pela legislação, tem cobertura contra os riscos ambientais do trabalho os segurados empregados, avulsos e segurados especiais, não havendo essa cobertura para os contribuintes individuais, domésticos e facultativos.

De imediato chama a atenção o forte crescimento no volume de emprego nesse setor ao longo do período 2007-2012. Nesses cinco anos a taxa de crescimento anual do emprego foi de 16,1%, fazendo com que a quantidade de vínculos mais que dobrasse no período. Detalhando os dados segundo as divisões da CNAE, observa-se um crescimento de mais de 200% no número de vínculos nos serviços especializados em construção civil e de cerca de 90% nos setores de incorporação de empreendimentos imobiliários e de infraestrutura.

A partir da quantidade de vínculos é possível construir alguns indicadores que permitem avaliar a incidência dos acidentes do trabalho de forma a eliminar o efeito decorrente da variação no volume de empregos. No AEAT são apresentados seis indicadores de acidentes do trabalho por setor de atividade econômica, sendo que todos os indicadores são calculados e divulgados segundo as classes da CNAE, sendo necessário calcular esses indicadores para níveis diferentes de agregação¹².

Destes indicadores, quatro tem como denominador a quantidade de vínculos, sendo que apresentamos na Tabela 8 três que consideramos mais relevantes e cujas definições estão a seguir:

1. Taxa de Incidência de Acidentes do Trabalho é um indicador da intensidade com que acontecem os acidentes do trabalho. Expressa a relação entre as condições de trabalho e o quantitativo médio de trabalhadores expostos àquelas condições. Esta relação constitui a expressão mais geral e simplificada do risco. Seu coeficiente é definido como a razão entre o número de novos acidentes do trabalho a cada ano e os vínculos expostos ao risco de sofrer algum tipo de acidente, vezes 1.000 vínculos.¹³;
2. Taxa de Incidência Específica para Acidentes do Trabalho Típicos indica a intensidade da ocorrência de acidentes típicos. Considera em seu numerador somente os acidentes típicos, ou seja, aqueles decorrentes das características da atividade profissional desempenhada pelo acidentado e em seu denominador os vínculos expostos ao risco de sofrer algum tipo de acidente, vezes 1.000 vínculos. Dada a sua natureza, é calculada tendo em vista somente os acidentes com CAT registrada, para os quais é possível identificar o motivo do acidente.
3. Taxa de Incidência Específica para Incapacidade Temporária indica a intensidade de ocorrência de eventos de incapacidade temporária decorrente de acidentes do trabalho. São considerados no numerador desta taxa os acidentes do trabalho nos quais os segurados ficaram temporariamente incapacitados para o exercício de sua capacidade laboral e no denominador os vínculos expostos ao risco de sofrer algum tipo de acidente, vezes 1.000 vínculos.

¹² - Os indicadores são calculados também por unidade da federação e por classe da CNAE.

¹³ - AEAT 2012 em [http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/aeat-2012/secao-ii-indicadores-de-acidentes-do-trabalho/..](http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/aeat-2012/secao-ii-indicadores-de-acidentes-do-trabalho/)

Tabela 8

Indicadores de acidentes do trabalho segundo divisões que compõem a Seção F da CNAE (construção civil) – 2007-2012

| ANO | TAXA DE INCIDÊNCIA DE ACIDENTES DO TRABALHO (ACIDENTES POR 1.000 VÍNCULOS) | | | | TAXA DE INCIDÊNCIA ESPECÍFICA DE ACIDENTES DO TRABALHO TÍPICOS (ACIDENTES POR 1.000 VÍNCULOS) | | | | TAXA DE INCIDÊNCIA ESPECÍFICA PARA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA (ACIDENTES POR 1.000 VÍNCULOS) | | | |
|--------------------|--|--------|--------|---------|---|--------|--------|---------|---|--------|--------|---------|
| | 41 | 42 | 43 | SEÇÃO F | 41 | 42 | 43 | SEÇÃO F | 41 | 42 | 43 | SEÇÃO F |
| 2007 | 19,44 | 32,98 | 23,56 | 24,63 | 12,91 | 24,29 | 14,70 | 16,99 | 18,17 | 26,31 | 21,00 | 21,35 |
| 2008 | 22,40 | 26,57 | 20,61 | 27,32 | 14,36 | 23,28 | 13,33 | 17,21 | 22,40 | 26,57 | 20,61 | 23,46 |
| 2009 | 22,45 | 24,82 | 19,49 | 25,97 | 14,41 | 21,46 | 12,68 | 16,45 | 22,45 | 24,82 | 19,49 | 22,59 |
| 2010 | 18,95 | 20,40 | 16,62 | 21,46 | 12,73 | 18,34 | 10,54 | 14,05 | 18,95 | 20,40 | 16,62 | 18,88 |
| 2011 | 18,79 | 18,72 | 15,28 | 20,29 | 12,47 | 17,30 | 9,96 | 13,33 | 18,79 | 18,72 | 15,28 | 17,90 |
| 2012 | 17,68 | 18,14 | 13,23 | 19,51 | 11,65 | 17,85 | 8,85 | 12,81 | 17,68 | 18,14 | 13,23 | 16,69 |
| Variação 2012/2008 | -21,1% | -31,7% | -35,8% | -28,6% | -18,9% | -23,3% | -33,6% | -25,6% | -21,1% | -31,7% | -35,8% | -28,9% |

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho AEAT

Divisões da CNAE:

41 Incorporação de Empreendimentos Imobiliários

42 Obras de Infraestrutura

43 Serviços Especializados em Construção Civil

Ao se calcular as taxas de incidência é possível relativizar as conclusões sobre o grande crescimento no número de acidentes no setor da construção civil. Em proporção ao número de trabalhadores empregados no setor, todos os indicadores apresentaram taxas de variação negativas significativas nos quatro anos entre 2008 a 2012. O indicador mais geral, Taxa de Incidência de Acidentes do Trabalho, apresentou, para o conjunto do setor, uma queda de mais de 28% no período, sendo que na divisão 43, Serviços Especializados em Construção Civil a queda foi de quase 36%. Também a incidência de acidentes típicos apresenta redução de mais de 25%, com a Divisão 43 apresentando a maior queda, mais de 33%. Também a incidência de incapacidade temporária cai quase 29% para todo o setor, sendo que novamente a Divisão 43 apresentou a maior queda, quase 36%. Essa queda não parece ser algo pontual ou momentâneo, uma vez que a partir de 2008 as quedas nas taxas são contínuas e consistentes. A conclusão possível é que a expansão no emprego observada no setor da construção civil não se deu sob os mesmos parâmetros de saúde e segurança vigentes anteriormente. Embora os dados não permitam identificar e avaliar quais foram as mudanças que ocorreram, o fato é que as incidências têm apresentado inequívoca tendência de queda.

Os indicadores de incidência mostram que tem acontecido menos acidentes no setor da construção civil, mas outra dimensão importante a ser considerada é a da gravidade desses acidentes. É possível que a redução dos acidentes

tenha se concentrado nos acidentes menos graves indicando que as medidas de prevenção adotadas não estão direcionadas ou não estão sendo adequadas para tratar os riscos de maior gravidade. Para avaliar a gravidade dos acidentes no AEAT são publicados dois indicadores, a Taxa de Mortalidade e a Taxa de Letalidade, apresentados na Tabela 9 e cuja definição é a seguinte

1. A Taxa de Mortalidade mede a relação entre o número total de óbitos decorrentes dos acidentes do trabalho verificados no ano e o número de vínculos expostos ao risco de se acidentar. O resultado é multiplicado por 100.000 vínculos, de forma a se ter um número mais facilmente compreensível.
2. A Taxa de Letalidade mede o maior ou menor poder que tem o acidente de ter como consequência a morte do trabalhador acidentado. É um bom indicador para medir a gravidade do acidente. O coeficiente é calculado pelo número de óbitos decorrentes dos acidentes do trabalho e o número total de acidentes, sendo o resultado multiplicado por 1.000 acidentes.

Tabela 9

Taxa de Mortalidade e Taxa de Letalidade de acidentes do trabalho segundo as divisões que compõem a Seção F da CNAE (construção civil) - 2007-2012

| ANO | TAXA DE INCIDÊNCIA DE ACIDENTES DO TRABALHO (ACIDENTES POR 1.000 VÍNCULOS) | | | | TAXA DE INCIDÊNCIA ESPECÍFICA DE ACIDENTES DO TRABALHO TÍPICOS (ACIDENTES POR 1.000 VÍNCULOS) | | | |
|--------------------|--|--------|--------|---------|---|-------|-------|---------|
| | 41 | 42 | 43 | SEÇÃO F | 41 | 42 | 43 | SEÇÃO F |
| 2007 | 14,90 | 29,75 | 21,89 | 21,01 | 7,67 | 9,02 | 9,29 | 8,53 |
| 2008 | 14,58 | 28,38 | 17,08 | 19,86 | 6,03 | 8,41 | 7,29 | 7,27 |
| 2009 | 14,69 | 25,09 | 17,76 | 18,99 | 6,10 | 8,10 | 8,09 | 7,31 |
| 2010 | 13,36 | 26,00 | 13,34 | 17,50 | 6,63 | 10,15 | 7,37 | 8,15 |
| 2011 | 15,83 | 21,39 | 12,45 | 16,69 | 7,27 | 8,91 | 6,94 | 7,80 |
| 2012 | 10,77 | 19,05 | 13,71 | 14,02 | 5,68 | 7,72 | 9,35 | 7,16 |
| Variação 2012/2008 | -26,1% | -32,9% | -19,8% | -29,4% | -5,8% | -8,2% | 28,3% | -1,5% |

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho AEAT
Divisões da CNAE:
41 Incorporação de Empreendimentos Imobiliários
42 Obras de Infraestrutura
43 Serviços Especializados em Construção Civil

Os indicadores de gravidade mostram uma situação um pouco diferente dos indicadores de incidência. A mortalidade causada por acidentes do trabalho na construção civil caiu bastante no período 2008 a 2012, em todas as três Divisões da CNAE, sendo que o setor como um todo observou queda de quase 30% nesse indicador. Destaca-se a variação observada no setor de obras de infraestrutura, com queda de quase 33% em quatro anos, taxa equivalente às observadas no indicador de incidência de acidentes do trabalho. Ou seja, o risco de um trabalhador do setor vir a morrer em consequência de um acidente do trabalho caiu.

No entanto, quando se analisa a Taxa de Letalidade, isto é, a relação entre óbitos e acidentes ocorridos os números não são tão positivos. A queda observada no setor como um todo foi pequena, -1,5% em quatro anos, e quando se analisa os dados pelas Divisões da CNAE vê-se que nos setores de Incorporação de Empreendimentos Imobiliários e de Obras de Infraestrutura houve uma queda de cerca de 6% e 8% respectivamente e uma variação positiva muito significativa, mais de 28%, no setor de Serviços Especializados de Construção Civil.

Claramente o comportamento da Taxa de Letalidade se diferenciou do comportamento dos demais indicadores de incidência e de gravidade. A queda no conjunto do setor foi marginal, muito inferior às quedas de 25% e 30% observada nos outros indicadores, a variação do indicador ao longo do período não foi monotônica e houve divergência no comportamento do indicador entre as Divisões da CNAE. Ou seja, a chance de sofrer um acidente do trabalho na construção civil caiu substantivamente no período, assim como o risco de morrer em um acidente do trabalho, mas caso um acidente venha a ocorrer, o risco de morte não sofreu variação significativa em dois setores e aumentou substancialmente no setor de Serviços Especializados de Construção Civil.

Conclusão

O setor da construção civil sempre foi tradicionalmente conhecido como um setor no qual as condições de saúde e segurança no trabalho eram precárias, o que associado ao baixo nível educacional dos trabalhadores levava a que ocorresse um número desproporcionalmente elevado de acidentes do trabalho. De fato, os dados mostram que o número de acidentes no setor da construção civil é elevado e representam uma parcela importante e crescente dos acidentes do trabalho conhecidos. Em 2012 foram quase 63 mil acidentes no setor, representando 9% dos acidentes conhecidos no país. As consequências dos acidentes na construção civil também são pesadas. Em 2012, 27.363 trabalhadores foram afastados por até 15 dias, outros 26.175 o foram por mais de 15 dias. 1.448 trabalhadores ficaram inválidos e 450 perderam a vida em acidentes no setor. Quando comparados com dados de 2008 todos os números aumentaram, indicando o que seria uma piora nas condições de saúde e segurança no setor.

No entanto, quando relativizamos os números absolutos, tratando-os como proporção do número de vínculos trabalhistas no setor o cenário muda completamente. A enorme expansão do emprego na construção civil, que mais do que dobrou entre 2008 e 2012, ampliou também o número de trabalhadores expostos ao risco de acidentes do trabalho e consequentemente o número absoluto de acidentes. Mas as taxas de incidências caíram muito, indicando que a chance de um trabalhador no setor sofrer um acidente do trabalho caiu. Também caiu a Taxa de Mortalidade, e o risco de um trabalhador do setor vir a morrer por causa de um acidente do trabalho. Por outro lado, a Taxa de Letalidade apresentou apenas pequena redução, sendo que no setor de Serviços Especializados em Construção Civil ocorreu um aumento significativo desse indicador. Isso significa que embora a chance de sofrer um acidente ou

morrer em decorrência de um acidente do trabalho tenha caído, uma vez ocorrido o acidente a chance de vir a óbito caiu apenas marginalmente no setor da construção civil.

Os dados apresentados não permitem identificar as causas dessas variações, tanto no setor como um todo como em cada uma das Divisões da CNAE em que o setor se divide. Indicam, no entanto, que o cenário de segurança e saúde na construção civil está mudando e apontam a necessidade de estudos mais detalhados para identificar as causas das mudanças, bem como a importância de diferenciar os segmentos de atividade dentro da construção civil. O setor não é homogêneo, até mesmo pela sua dimensão. Existem empresas dos mais diversos portes, níveis tecnológicos, níveis de qualificação dos funcionários e níveis de preocupação e adequação às normas e práticas de prevenção de acidentes do trabalho. Isso implica que políticas setoriais de prevenção de acidentes seriam mais eficazes se desenhadas para atingir empresas com a diversidade mencionada.

Por fim cabe mencionar que a melhora nos indicadores de acidentes do trabalho no setor da construção não deve nos desviar da percepção do dano causado pelos acidentes no setor. Todos os dias pelo menos um trabalhador morre e outros quatro ficam inválidos trabalhando na construção civil. Todos os dias quatro famílias são atingidas com a morte ou a invalidez de um de seus membros que trabalhava na construção civil. Essa dimensão humana das consequências dos acidentes do trabalho deve ser sempre lembrada para que o setor não se acomode com a melhora obtida até agora e sejam feitos esforços para fazer com que se prolongue a contínua redução nos indicadores de acidentes do trabalho.

Receitas e Despesas



Saldo Previdenciário e Arrecadação



NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (INPC DE JUN/2014)

| | |
|---------------------|-------------------|
| No mês (junho/2014) | R\$ 4,51 bilhões |
| Acumulado em 2014 | R\$ 23,48 bilhões |
| Últimos 12 meses | R\$ 47,68 bilhões |

Toda a análise feita nesta seção está baseada em valores deflacionados pelo INPC. Valores nominais terão referência expressa ao longo do texto.

Resultado das Áreas Urbana e Rural



Em junho de 2014, a arrecadação líquida urbana, incluída a arrecadação COMPREV, foi de R\$ 26,3 bilhões, crescimento de 5,2% (+R\$ 1,3 bilhão) em relação ao mês correspondente de 2013, e de 0,8% (+R\$ 211,7 milhões) quando comparado ao mês de maio de 2014. A arrecadação líquida rural foi de R\$ 598,3 milhões, aumento de 8,2% (+R\$ 45,2 milhões) frente ao mês de junho de 2013, e diminuição de 1,1% (-R\$ 6,5 milhões) quando comparado ao mês de maio de 2014, conforme se pode ver na Tabela 1.

Tabela 1

Evolução: Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2013 e 2014) – Resultado de junho – em R\$ milhões de junho/2014 – INPC

| | JUN-13 (A) | MAI-14 (B) | JUN-14 (C) | VAR. % (C / B) | VAR. % (C / A) | ACUMULADO (JAN A JUN) | | VAR. % |
|---|------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|-------------------|---------------|
| | | | | | | 2013 | 2014 | |
| 1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4) | 25.539,7 | 26.673,0 | 26.878,2 | 0,8 | 5,2 | 149.671,8 | 157.269,5 | 5,1 |
| 1.1 Arrecadação Líquida Urbana | 23.966,5 | 24.741,9 | 24.562,3 | (0,7) | 2,5 | 142.800,1 | 145.629,1 | 2,0 |
| 1.2 Arrecadação Líquida Rural | 553,1 | 604,8 | 598,3 | (1,1) | 8,2 | 3.133,4 | 3.325,8 | 6,1 |
| 1.3 Comprev | 0,6 | 1,2 | 0,1 | (93,3) | (87,0) | 2,7 | 4,2 | 59,0 |
| 1.4 Compensação Desoneração da Folha de Pagamento | 1.019,5 | 1.325,2 | 1.717,6 | 29,6 | 68,5 | 3.735,7 | 8.310,4 | 122,5 |
| 2. Despesa com Benefícios (2.1 + 2.2 + 2.3) | 28.911,9 | 30.563,1 | 31.386,7 | 2,7 | 8,6 | 178.676,6 | 180.753,6 | 1,2 |
| 2.1 Benefícios Previdenciários | 28.232,7 | 29.930,7 | 30.741,1 | 2,7 | 8,9 | 172.136,9 | 176.661,1 | 2,6 |
| 2.1.1 Urbano | 21.825,3 | 23.235,4 | 23.350,8 | 0,5 | 7,0 | 132.950,3 | 136.631,4 | 2,8 |
| 2.1.2 Rural | 6.407,4 | 6.695,2 | 7.390,3 | 10,4 | 15,3 | 39.186,6 | 40.029,6 | 2,2 |
| 2.2 Passivo Judicial | 507,3 | 457,0 | 495,7 | 8,5 | (2,3) | 5.646,5 | 3.143,6 | (44,3) |
| 2.2.1 Urbano | 392,2 | 354,8 | 376,5 | 6,1 | (4,0) | 4.326,3 | 2.423,9 | (44,0) |
| 2.2.2 Rural | 115,1 | 102,2 | 119,2 | 16,6 | 3,5 | 1.320,1 | 719,7 | (45,5) |
| 2.3 Comprev | 171,8 | 175,4 | 149,9 | (14,6) | (12,8) | 893,2 | 948,9 | 6,2 |
| 3. Resultado Previdenciário (1 - 2) | (3.372,2) | (3.890,0) | (4.508,4) | 15,9 | 33,7 | (29.004,8) | (23.484,1) | (19,0) |
| 3.1 Urbano (1.1 + 1.3 + 1.4 - 2.1.1 - 2.2.1 - 2.3) | 2.597,2 | 2.302,7 | 2.402,8 | 4,3 | (7,5) | 4.632,9 | 5.629,0 | 21,5 |
| 3.2 Rural (1.2 - 2.1.2 - 2.2.2) | (5.969,4) | (6.192,7) | (6.911,2) | 11,6 | 15,8 | (37.373,3) | (37.423,5) | 0,1 |

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPSPS/MPSP

A despesa com pagamento de benefícios urbano, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, foi de R\$ 23,9 bilhões, em junho de 2014, aumento de 6,6% (+R\$ 1,5 bilhão) em relação ao mês correspondente de 2013, e leve crescimento de 0,5% (+R\$ 111,6 milhões), entre junho de 2014 e o mês anterior. A despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, foi de R\$ 7,5 bilhões em junho de 2014, elevação de 15,1% (+R\$ 987,0 milhões), frente a junho de 2013 e

de 10,5% (+R\$ 712,0 milhões), quando comparado ao mês de maio de 2014. Um dos motivos para o crescimento da despesa dos benefícios rurais está na concessão por via judicial, que cresceu 25,2%, entre maio e abril de 2014, cujo pagamento reflete no mês de junho de 2014.

Em junho de 2014, a clientela urbana registrou superávit de R\$ 2,4 bilhões, aumento de 4,3% (+R\$ 100,1 milhões) frente ao mês anterior. Já a clientela rural apresentou necessidade de financiamento de R\$ 6,9 bilhões, aumento de 11,6% (+R\$ 718,6 milhões).

De janeiro a junho de 2014, a arrecadação líquida na área urbana, incluída a arrecadação Comprev, somou R\$ 153,9 bilhões, aumento de 5,1% (+R\$ 7,4 bilhões), e a rural R\$ 3,3 bilhões, crescimento de 6,1% (+R\$ 192,4 milhões). A despesa com benefícios previdenciários urbanos, incluída as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, totalizou R\$ 140,0 bilhões e R\$ 40,7 bilhões para a clientela rural, incluída as sentenças judiciais rurais. No acumulado de 2014, o meio urbano somou um superávit de R\$ 13,9 bilhões, aumento de 66,6% (+R\$ 5,6 bilhões), em relação ao mesmo período de 2013. Já no meio rural, a necessidade de financiamento foi de R\$ 37,4 bilhões, e permaneceu praticamente inalterada em relação ao mesmo período de 2013. Esse baixo valor de arrecadação, quando comparado ao pagamento de benefícios na área rural é consequência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

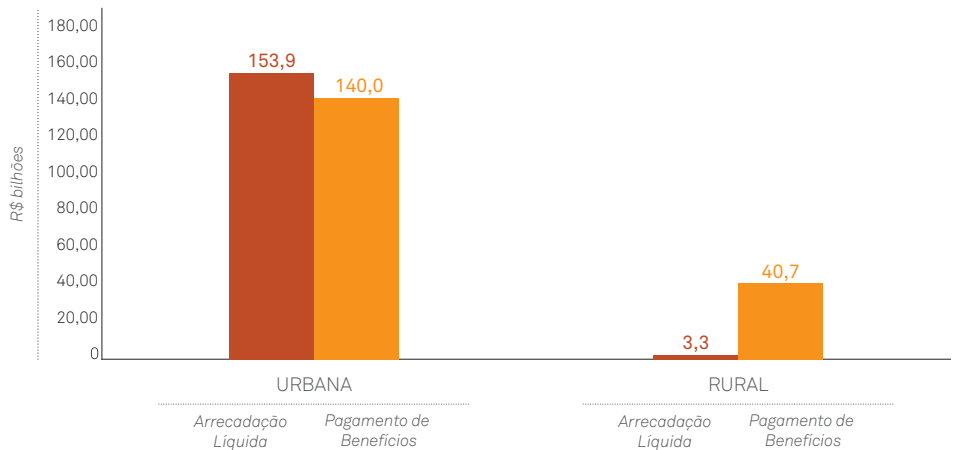


Gráfico 1

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - acumulado até junho - R\$ bilhões de junho/2014 – INPC

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS

RESULTADO EM CONJUNTO DAS ÁREAS URBANA E RURAL

A arrecadação líquida da Previdência Social, em junho de 2014, foi de R\$ 26,9 bilhões, aumento de 5,2% (+R\$ 1,3 bilhão), em relação ao mesmo mês de 2013, e ligeiro crescimento de 0,8% (+R\$ 205,2 milhões) quando comparado ao mês maio de 2014. As despesas com benefícios previdenciários alcançaram o montante de R\$ 31,4 bilhões, crescimento de 8,6% (+R\$ 2,5 bilhões), em relação ao mês correspondente de 2013 e de 2,7% (+R\$ 823,6 milhões) em relação a maio de 2014, o que resultou na necessidade de financiamento de R\$ 4,5 bilhões,

15,9% (+R\$ 618,4 milhões) maior que a necessidade de financiamento registrada em maio de 2014, e 33,7% (+R\$ 1,1 bilhão) a mais que a registrada em junho de 2013, conforme se pode ver na Tabela 2.

Tabela 2

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – junho/2013, maio/2014, junho/2014 e acumulado de janeiro a junho (2013 e 2014) – valores em R\$ milhões de junho/2014 – INPC

*Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS*

| | JUN-13 (A) | MAI-14 (B) | JUN-14 (C) | VAR. % (C / B) | VAR. % (C / A) | ACUMULADO (JAN A JUN) | | VAR. % |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-------------------|-------------------|--------------------------|------------------|------------|
| | | | | | | 2013 | 2014 | |
| 1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5) | 25.539,7 | 26.673,0 | 26.878,2 | 0,8 | 5,2 | 149.671,8 | 157.269,5 | 5,1 |
| 1.1. Receitas Correntes | 26.184,0 | 26.966,0 | 26.523,8 | (1,6) | 1,3 | 156.400,5 | 161.112,8 | 3,0 |
| Pessoa Física (1) | 959,6 | 1.040,0 | 983,5 | (5,4) | 2,5 | 5.741,2 | 6.003,9 | 4,6 |
| SIMPLES - Recolhimento em GPS (2) | 1.159,9 | 1.223,4 | 1.207,2 | (1,3) | 4,1 | 6.887,2 | 7.292,4 | 5,9 |
| SIMPLES - Repasse STN (3) | 2.328,3 | 2.492,6 | 2.475,8 | (0,7) | 6,3 | 13.435,9 | 14.710,8 | 9,5 |
| Empresas em Geral | 15.039,1 | 15.152,7 | 14.881,1 | (1,8) | (1,1) | 93.310,9 | 91.944,6 | (1,5) |
| Setores Desonerados - DARF | 1.154,9 | 1.471,2 | 1.564,7 | 6,4 | 35,5 | 5.122,9 | 8.651,7 | 68,9 |
| Entidades Filantrópicas (4) | 186,9 | 201,4 | 196,6 | (2,4) | 5,2 | 1.140,1 | 1.238,3 | 8,6 |
| Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5) | 1.851,7 | 2.147,8 | 2.044,7 | (4,8) | 10,4 | 9.996,2 | 11.918,7 | 19,2 |
| Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6) | 600,9 | 559,7 | 557,5 | (0,4) | (7,2) | 3.932,6 | 3.366,0 | (14,4) |
| Clubes de Futebol | 9,5 | 11,0 | 8,3 | (24,4) | (12,6) | 71,0 | 68,3 | (3,9) |
| Comercialização da Produção Rural (7) | 372,2 | 431,1 | 411,0 | (4,7) | 10,4 | 2.054,6 | 2.235,8 | 8,8 |
| Retenção (11%) | 2.199,1 | 1.913,8 | 1.920,4 | 0,3 | (12,7) | 12.672,4 | 11.912,1 | (6,0) |
| Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (8) | 19,6 | 0,0 | 0,0 | - | (100,0) | 106,1 | 0,0 | (100,0) |
| Reclamatória Trabalhista | 266,2 | 263,8 | 233,2 | (11,6) | (12,4) | 1.514,6 | 1.430,0 | (5,6) |
| Outras Receitas | 35,8 | 57,5 | 39,7 | (30,9) | 10,8 | 414,8 | 340,1 | (18,0) |
| 1.2. Recuperação de Créditos | 1.072,8 | 1.162,0 | 1.212,0 | 4,3 | 13,0 | 7.517,7 | 6.559,8 | (12,7) |
| Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09 | 0,6 | 1,2 | 0,1 | (93,3) | (87,0) | 2,7 | 4,2 | 59,0 |
| Arrecadação / Lei nº 11.941/09 | 288,8 | 287,3 | 327,5 | 14,0 | 13,4 | 2.044,2 | 1.782,9 | (12,8) |
| Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (9) | 8,4 | 6,9 | 7,2 | 4,7 | (13,9) | 53,3 | 54,4 | 2,2 |
| Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (10) | 2,0 | 1,8 | 1,1 | (36,9) | (42,1) | 10,8 | 22,0 | 103,8 |
| Depósitos Judiciais - Repasse STN (11) | 137,3 | 158,4 | 154,3 | (2,6) | 12,4 | 1.134,8 | 624,9 | (44,9) |
| Débitos (12) | 71,1 | 67,1 | 50,8 | (24,3) | (28,6) | 477,5 | 345,3 | (27,7) |

| | JUN-13 (A) | MAI-14 (B) | JUN-14 (C) | VAR. % (C / B) | VAR. % (C / A) | ACUMULADO (JAN A JUN) | | VAR. % |
|---|------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|-------------------|---------------|
| | | | | | | 2013 | 2014 | |
| Parcelamentos Convencionais (13) | 564,7 | 639,3 | 671,0 | 5,0 | 18,8 | 3.794,5 | 3.725,9 | (1,8) |
| 1.3. Restituições de Contribuições (14) | (19,1) | (31,4) | (15,0) | (52,3) | (21,3) | (264,2) | (140,1) | (47,0) |
| 1.4. Transferências a Terceiros | (2.717,5) | (2.748,6) | (2.560,2) | (6,9) | (5,8) | (17.717,8) | (18.573,3) | 4,8 |
| 1.5. Compensação da Desoneração - STN | 1.019,5 | 1.325,2 | 1.717,6 | 29,6 | 68,5 | 3.735,7 | 8.310,4 | 122,5 |
| 2. Despesas com Benefícios Previdenciários | 28.911,9 | 30.563,1 | 31.386,7 | 2,7 | 8,6 | 178.676,6 | 180.753,6 | 1,2 |
| Pagos pelo INSS | 28.404,5 | 30.106,1 | 30.891,0 | 2,6 | 8,8 | 173.030,1 | 177.610,0 | 2,6 |
| Sentenças Judiciais - TRF (15) | 507,3 | 457,0 | 495,7 | 8,5 | (2,3) | 5.646,5 | 3.143,6 | (44,3) |
| 3. Resultado Previdenciário (1 – 2) | (3.372,2) | (3.890,0) | (4.508,4) | 15,9 | 33,7 | (29.004,8) | (23.484,1) | (19,0) |

No acumulado de janeiro a junho de 2014, a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários chegaram, respectivamente, a R\$ 157,3 bilhões e R\$ 180,8 bilhões, resultando na necessidade de financiamento de R\$ 23,5 bilhões. Comparando com o mesmo período de 2013, a arrecadação líquida cresceu 5,1% (+R\$ 7,6 bilhões) e as despesas com benefícios previdenciários, 1,2% (+R\$ 2,1 bilhões). Já a necessidade de financiamento teve redução de 19,0% (-R\$ 5,5 bilhões).

Dentre os fatores que explicam o incremento da arrecadação líquida no ano de 2014, os principais são: (i) o crescimento do mercado de trabalho formal; (ii) o empenho gerencial na expansão da arrecadação como um todo e (iii) a elevação do teto do RGPS a partir de janeiro de 2014, fato que ampliou a base de contribuição e elevou as receitas correntes.

Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste concedido ao salário mínimo, em janeiro de 2014, que em junho determinou o valor recebido por 67,1% dos beneficiários da Previdência Social; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios e (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a um salário mínimo, concedido em janeiro de 2014, com base no INPC do período de janeiro a dezembro de 2013.

Receitas Correntes e Mercado de Trabalho



As receitas correntes foram de R\$ 26,5 bilhões, em junho de 2014, aumento de 1,3% (+R\$ 339,9 milhões), frente ao mês correspondente de 2013 e queda 1,6% (-R\$ 442,2 milhões), quando comparado a maio de 2014. Entre junho de 2014 e o mês anterior, cabe destacar as rubricas Setores Desonerados e Retenção (11%), que cresceram, respectivamente, 6,4% (+R\$ 93,6 milhões) e 0,3% (+R\$ 6,6 milhões). Com relação ao desempenho negativo, cita-se Empresas em Geral, que diminuiu 1,8% (-R\$ 271,6 milhões), e Órgãos do Poder Público – Recolhimento em GPS, com queda de 4,8% (-R\$ 103,1 milhões), conforme se pode ver no Gráfico 2.

Tabela 2 (continuação)

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – junho/2013, maio/2014, junho/2014 e acumulado de janeiro a junho (2013 e 2014) – valores em R\$ milhões de junho/2014 – INPC

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPPS/MPs

Obs. Para algumas rubricas de arrecadação: calculados percentuais de participação de cada rubrica na arrecadação, apurada por meio do sistema INFORMAR, e aplicados posteriormente à arrecadação bancária do fluxo de caixa do INSS

(1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.
(2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.

(3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo Simples.

(4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.

(5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, estados e municípios, vinculados ao RGPS.

(6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de estados e municípios.

(7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.

(8) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS por meio do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(9) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.

(10) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência.

(11) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(12) Débitos quitados por meio de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(13) Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito.

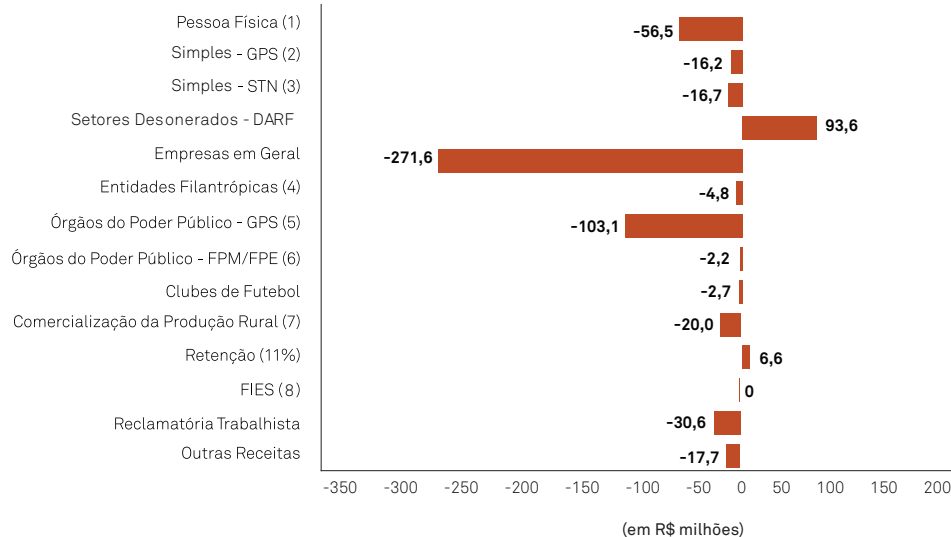
(14) Inclui Ressarcimentos de Arrecadação.

(15) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagos pelo INSS.

Gráfico 2

Variação das Receitas Correntes (junho) de 2014 em relação ao mês anterior - em R\$ milhões de junho/2014 (INPC)

*Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS*

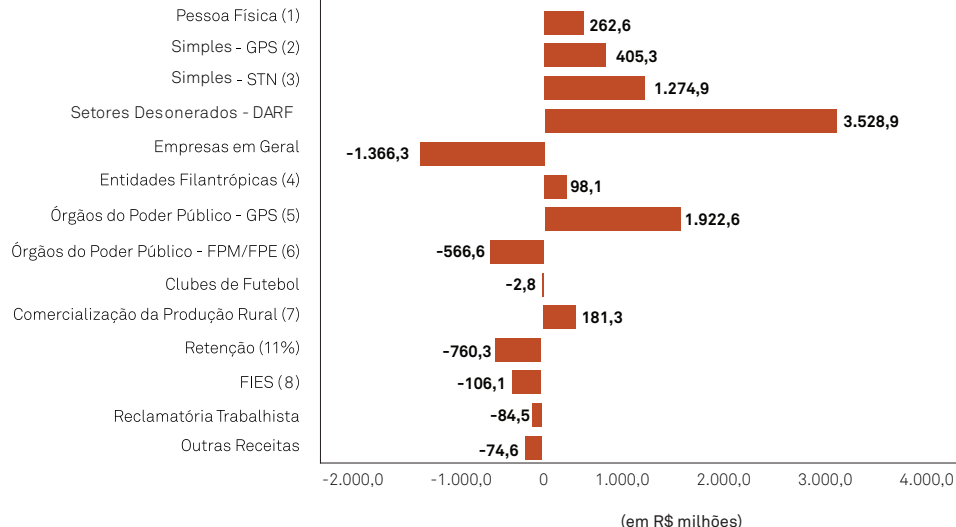


No acumulado de janeiro a junho de 2014, as receitas correntes somaram R\$ 161,1 bilhões, 3,0% (+R\$ 4,7 bilhões) maior que o registrado no mesmo período de 2013. Cabe destacar as rubricas Setores Desonerados, com crescimento de 68,9% (+R\$ 3,5 bilhões), Órgãos do Poder Público – Recolhimento em GPS, com aumento de 19,2% (+R\$ 1,9 bilhão) e receitas das empresas optantes pelo Simples, inclusive a contribuição dos empregados, com incremento de 8,3% (+R\$ 1,7 bilhão). Já a rubrica Empresas em Geral sofreu redução de 1,5% (-R\$ 1,4 bilhão), conforme se pode ver no Gráfico 3.

Gráfico 3

Variação das Receitas Correntes (janeiro a junho) de 2014 em relação a 2013 - em R\$ milhões de junho/2014 (INPC)

*Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS*



De acordo com a análise desenvolvida, é possível deduzir que, as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho para o mês de maio de 2014.

Mercado de Trabalho *(Maio/2014)*



Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, foram gerados, em maio de 2014, 58.836 empregos formais, correspondendo ao crescimento de 0,14% em relação ao estoque do mês anterior. Este aumento mantém a trajetória de expansão, porém, revela uma perda de dinamismo quando comparado com os resultados do mesmo mês dos anos anteriores. O setor responsável por este resultado foi a Indústria de Transformação mostrando um movimento de cautela nas contratações. O total de admissões no mês foi de 1.849.591, e o de desligamentos atingiu 1.790.755, sendo o segundo o maior montante já registrado para o período, respectivamente, o que denota a capacidade da economia de manter o número de contratações em patamar expressivo a despeito do número de desligamentos. No acumulado do ano, ocorreu expansão de 1,34% no nível de emprego, equivalente ao acréscimo de 543.231 postos de trabalho. Nos últimos 12 meses, o aumento foi de 867.423 postos de trabalho, correspondendo à elevação de 2,15%. Em maio, segundo o recorte setorial, os dados mostram que dentre os oito setores de atividades econômicas, seis evidenciaram expansão no nível de emprego, com quatro deles demonstrando melhor desempenho em relação aos dados de maio de 2013. Em termos absolutos, os principais setores responsáveis pelo desempenho positivo no mês foram: Agricultura (+44.105 postos ou +2,79%, ante saldo de +33.285 postos em maio de 2013), Serviços (+38.814 postos ou + 0,23%, ante 21.154 postos em maio de 2013), Construção Civil (+2.692 postos ou +0,08%, ante uma redução de 1.877 postos no mesmo mês do ano anterior). A Indústria de Transformação, com o declínio de 28.533 postos ou -0,34%, foi o setor que mais contribuiu para o desempenho mais modesto no mês de maio. O setor Comércio apresentou uma relativa estabilidade no mês (-825 postos ou -0,01%). A perda de dinamismo no mês de maio centrou-se no conjunto das nove Áreas Metropolitanas, cujo nível de emprego manteve-se praticamente estável ao apresentar uma variação de -0,02%, representando uma queda de 2.566 postos de trabalho. No interior desses aglomerados urbanos, o aumento no emprego foi de 0,38% (+56.207 postos de trabalho), resultado bem mais favorável que o registrado para o conjunto das Áreas Metropolitanas.

Pela Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário – PIMES /IBGE, em maio de 2014, o total do pessoal ocupado assalariado na indústria mostrou queda de 0,7% frente ao patamar do mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, após registrar variação negativa de 0,4% em abril último. Com esses resultados, o índice de média móvel trimestral apontou variação de -0,3% no trimestre encerrado em maio de 2014 frente ao patamar assinalado no mês anterior e manteve a trajetória descendente iniciada em abril do ano passado. Na comparação com igual mês do ano anterior, o emprego industrial mostrou queda de 2,6% em maio de 2014, trigésimo segundo resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto e o mais intenso desde novembro de 2009 (-3,7%). No índice acumulado para os cinco primeiros meses de 2014, o total do pessoal ocupado na indústria assinalou recuo de 2,2%, intensificando, assim, o ritmo de queda frente ao registrado no primeiro trimestre do ano (-2,0%), ambas as comparações contra iguais períodos do ano anterior. A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos 12 meses, ao recuar 1,7% em maio de 2014, manteve a trajetória descendente iniciada em setembro do ano passado (-1,0%). Setorialmente, ainda no índice mensal de maio de 2014, o total do pessoal ocupado assalariado recuou em 15 dos 18 ramos pesquisados, com destaque para as pressões negativas vindas de produtos de metal (-7,4%), calçados e couro

(-7,9%), meios de transporte (-4,3%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-6,1%), máquinas e equipamentos (-4,3%), produtos têxteis (-5,6%) e refino de petróleo e produção de álcool (-9,4%). Por outro lado, os impactos positivos sobre a média da indústria foram observados nos setores de minerais não-metálicos (1,9%) e de produtos químicos (1,6%). Em maio de 2014, o valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria ajustado sazonalmente avançou 1,9% frente ao mês imediatamente anterior, após assinalar acréscimo de 0,5% em abril último. Vale destacar que no resultado desse mês tanto o setor extrativo (34,3%), influenciado especialmente pelo pagamento de participação nos lucros e resultados em importante empresa do setor, como a indústria de transformação (0,6%) apontaram taxas positivas. Ainda na série com ajuste sazonal, o índice de média móvel trimestral para o total da indústria repetiu no trimestre encerrado em maio de 2014 (0,0%) o patamar assinalado no mês anterior, após dois meses consecutivos de taxas negativas que acumularam perda de 0,6%. Na comparação com igual mês do ano anterior, o valor da folha de pagamento real assinalou expansão de 1,4% em maio de 2014, quinto resultado positivo consecutivo nesse tipo de confronto. No índice acumulado nos cinco primeiros meses de 2014, o valor da folha de pagamento real na indústria avançou 1,7%, mas reduziu a intensidade do crescimento verificado no primeiro trimestre do ano (2,1%), ambas as comparações contra iguais períodos do ano anterior. A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos 12 meses, ao crescer 0,9% em maio de 2014, mostrou perda de ritmo frente aos resultados de janeiro (1,6%), fevereiro (1,5%), março (1,4%) e abril (1,2%).

Os indicadores industriais da Confederação Nacional da Indústria – CNI, mostram que os dados da indústria, em maio de 2014, seguem com dificuldade de intensificar o seu ritmo de operação. Já são três meses seguidos em que há retração de todos os indicadores, à exceção do faturamento real, que cresceu em maio (0,3%) e abril (3,1%) – na comparação com os meses imediatamente anteriores, feitos os ajustes sazonais. As horas trabalhadas na produção caíram 0,4% em maio frente a abril, considerando a sazonalidade de cada mês. Na comparação em 12 meses, o quadro de baixa atividade fica ainda mais evidente, já que o indicador de horas trabalhadas recua 2,4%. Em maio, a indústria operou, em média, com 80,7% de sua capacidade instalada, o que representa queda de 0,2 ponto percentual (p.p.) na comparação com abril (dado dessazonalizado). Embora o recuo seja de baixa intensidade, seu significado é relevante, pois marca a quinta queda consecutiva do indicador e o coloca em um nível 2,0 p.p. abaixo do registrado em maio do ano passado. A queda na atividade industrial é refletida nos indicadores do mercado de trabalho. Na passagem de abril para maio o emprego caiu 0,3%, a massa salarial real se retraiu 0,9% e o rendimento médio real do trabalhador diminuiu 0,2% – sem o efeito sazonal. Embora os resultados de maio sejam negativos, na comparação dos primeiros cinco meses desse ano com o mesmo período de 2013 todos os indicadores subiram: emprego (1,1%), massa salarial (4,4%) e rendimento médio (3,2%). O emprego, dessazonalizado, caiu 0,3% em maio, depois de já ter caído 0,6% em abril e 0,4% em março. Na comparação em 12 meses, contudo, o indicador de emprego sinaliza alta de 0,6% em maio. O crescimento do emprego é ainda maior (1,1%) ao se comparar os primeiros cinco meses de 2014 com o mesmo período do ano passado. O rendimento médio real dessazonalizado caiu 0,2% em maio, a terceira queda seguida. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, nota-se estabilidade do indicador. Comparativamente aos primeiros cinco meses do ano anterior, o rendimento médio real registra crescimento de 3,2%.

Nos últimos 18 meses, a arrecadação de Empresas em Geral vem apresentando uma tendência de aumento, conforme pode ser visto no Gráfico 4, fruto da recuperação do mercado de trabalho nesse período.

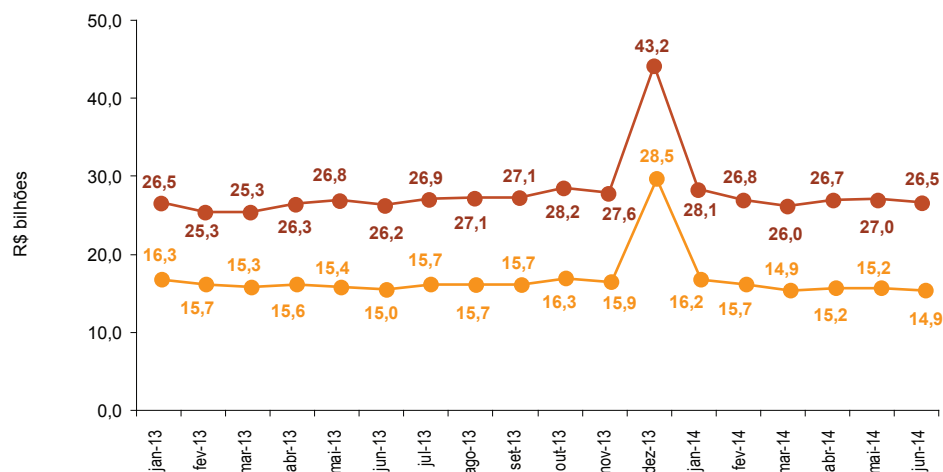


Gráfico 4

Arrecadação de Receitas Correntes e Empresas em Geral nos últimos 18 meses – em R\$ bilhões de junho/2014 – INPC

Legendas

- Empresas em Geral
- Receitas Correntes

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS

Receitas Oriundas de Medidas de Recuperação de Créditos

Em junho de 2014, as receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos foram de R\$ 1,2 bilhão, elevação de 4,3% (+R\$ 50,1 milhões), em relação a maio de 2014, e de 13,0% (+R\$ 139,2 milhões), frente a junho de 2013. Entre junho e maio de 2014, as rubricas Arrecadação / Lei Nº 11.941/09, Programa de Recuperação Fiscal – Refis e Parcelamentos Convencionais apresentaram desempenho positivo de 14,0%, 4,7% e 5,0%, respectivamente, e juntas representaram 83,0% do total das receitas de recuperação de crédito, conforme se pode observar no Gráfico 5.

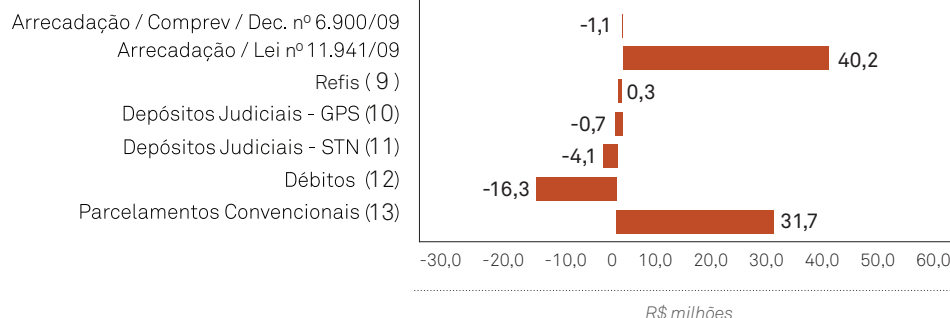


Gráfico 5

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (junho/2014) em relação ao mês anterior – em R\$ milhões de junho/2014 (INPC)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS

No acumulado de janeiro a junho de 2014, as receitas originadas de recuperação registraram o montante de R\$ 6,6 bilhões, queda de 12,7% (-R\$ 958,0 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. As rubricas Programa de Recuperação Fiscal – Refis e Depósitos Judiciais – Recolhimento em GPS apresentaram variações positivas de 2,2% (+R\$ 1,2 milhão) e

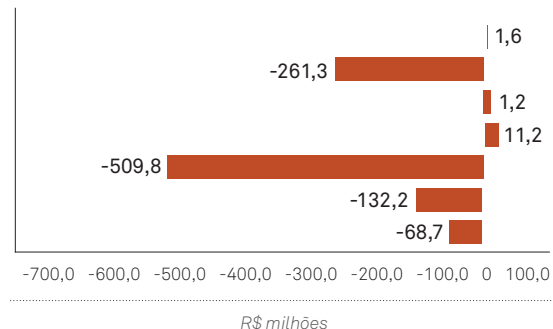
103,8% (+R\$ 11,2 milhões), respectivamente, entre o acumulado de janeiro a junho de 2014 e o período correspondente de 2013. Com relação ao desempenho negativo, nessa mesma comparação, destaca-se a rubrica Depósitos Judiciais – Repasse STN, com queda de 44,9% (-R\$ 509,8 milhões), como pode ser visto no Gráfico 6.

Gráfico 6

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (janeiro a junho) de 2014 em relação a 2013 - em R\$ milhões de junho/2014 (INPC)

*Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPSPS/MPS*

Arrecadação / Comprev / Dec. nº 6.900/09
Arrecadação / Lei nº 11.941/09
Refis (9)
Depósitos Judiciais - GPS (10)
Depósitos Judiciais - STN (11)
Débitos (12)
Parcelamentos Convencionais (13)



Benefícios Emitidos e Concedidos



Em junho de 2014, a quantidade de benefícios emitidos foi de 31,6 milhões, aumento de 3,4% (+1,0 milhão de benefícios) frente ao mesmo mês de 2013. Nessa mesma comparação, os Benefícios Assistenciais tiveram o maior percentual de aumento, de 4,0% (+162,8 mil benefícios), seguido dos Benefícios Previdenciários, que cresceu 3,4% (+865,1 mil benefícios) e os Benefícios Acidentários, com aumento de 1,1% (+9,5 mil benefícios), como o observado na Tabela 3.

Tabela 3

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (junho/2013, maio/2014 e junho/2014)

*Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS;
Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPSPS/MPS*

| | JUN-13 (A) | MAI-14 (B) | JUN-14 (C) | VAR. % (C / B) | VAR. % (C / A) |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| TOTAL | 30.552.469 | 31.502.548 | 31.589.088 | 0,3 | 3,4 |
| PREVIDENCIÁRIOS | 25.609.474 | 26.400.452 | 26.474.579 | 0,3 | 3,4 |
| Aposentadorias | 17.014.321 | 17.568.244 | 17.618.783 | 0,3 | 3,6 |
| Idade | 8.967.120 | 9.290.804 | 9.321.755 | 0,3 | 4,0 |
| Invalidez | 3.091.078 | 3.143.716 | 3.148.057 | 0,1 | 1,8 |
| Tempo de contribuição | 4.956.123 | 5.133.724 | 5.148.971 | 0,3 | 3,9 |
| Pensão por morte | 7.059.714 | 7.215.042 | 7.229.523 | 0,2 | 2,4 |
| Auxílio-doença | 1.359.395 | 1.433.723 | 1.442.110 | 0,6 | 6,1 |
| Salário-maternidade | 91.429 | 90.268 | 89.396 | (1,0) | (2,2) |
| Outros | 84.615 | 93.175 | 94.767 | 1,7 | 12,0 |
| ACIDENTÁRIOS | 842.759 | 851.787 | 852.300 | 0,1 | 1,1 |
| Aposentadorias | 185.165 | 192.019 | 192.504 | 0,3 | 4,0 |
| Pensão por morte | 121.542 | 119.757 | 119.605 | (0,1) | (1,6) |
| Auxílio-doença | 173.562 | 171.811 | 171.719 | (0,1) | (1,1) |
| Auxílio-acidente | 298.797 | 307.585 | 308.148 | 0,2 | 3,1 |
| Auxílio-suplementar | 63.693 | 60.615 | 60.324 | (0,5) | (5,3) |
| ASSISTENCIAIS | 4.075.767 | 4.226.589 | 4.238.580 | 0,3 | 4,0 |

| | JUN-13 (A) | MAI-14 (B) | JUN-14 (C) | VAR. % (C/B) | VAR. % (C/A) |
|---|---------------|---------------|---------------|-----------------|-----------------|
| Amparos Assistenciais - LOAS | 3.860.713 | 4.033.894 | 4.047.530 | 0,3 | 4,8 |
| Idoso | 1.784.763 | 1.846.994 | 1.851.013 | 0,2 | 3,7 |
| Portador de deficiência | 2.075.950 | 2.186.900 | 2.196.517 | 0,4 | 5,8 |
| Pensões mensais vitalícias | - | - | - | - | - |
| Rendas mensais vitalícias | 215.054 | 192.695 | 191.050 | (0,9) | (11,2) |
| Idade | 45.755 | 38.229 | 37.686 | (1,4) | (17,6) |
| Invalidez | 169.299 | 154.466 | 153.364 | (0,7) | (9,4) |
| ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU) | 24.469 | 23.720 | 23.629 | (0,4) | (3,4) |

Entre junho de 2014 e o mês correspondente de 2013, cabe destaque às aposentadorias por tempo de contribuição, que cresceram 3,9% (+192,8 mil aposentadorias), as aposentadorias por idade, aumento de 4,0% (+354,6 mil aposentadorias), as pensões por morte, com elevação de 2,4% (+169,8 mil benefícios) e o auxílio-doença (previdenciário + acidentário), que subiu 5,3% (+80,9 mil benefícios).

Da quantidade média de 31,4 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a junho de 2014, 57,9% (18,2 milhões) foram destinadas a beneficiários da área urbana, 28,7% (9,0 milhões) a beneficiários da área rural e 13,4% (4,2 milhões) aos assistenciais (Gráfico 7). De 2006 a 2014, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 30,1% no meio urbano, de 25,7% no meio rural e de 48,1% nos assistenciais.

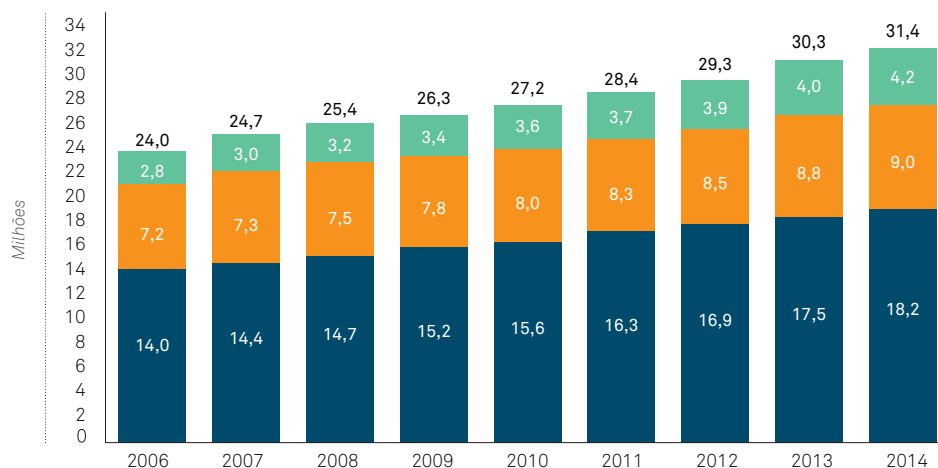


Tabela 3 (continuação)

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (junho/2013, maio/2014 e junho/2014)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPSPS/MPS

Gráfico 7

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2006 a 2014) - em milhões de benefícios - média de janeiro a junho

Legenda

Urbano

Rural

Assistencial

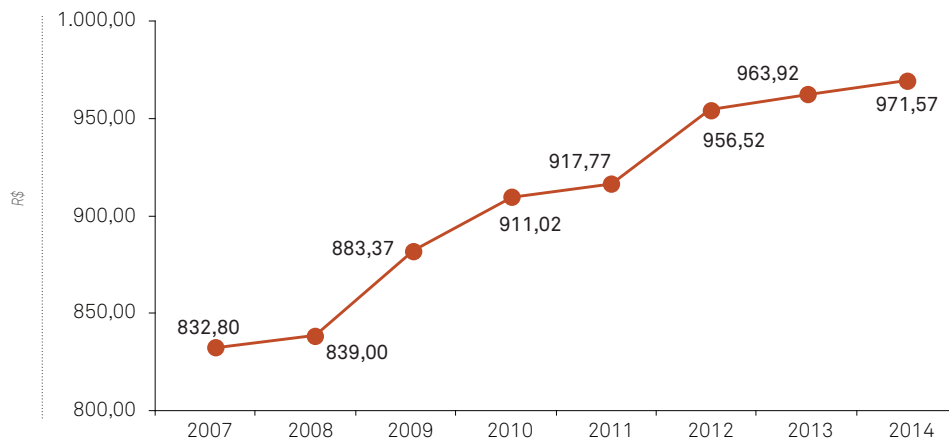
Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS. Elaboração: SPSPS/MPS

O valor médio dos benefícios emitidos foi de R\$ 971,57, média de janeiro a junho de 2014, elevação de 0,8% em relação ao mesmo período de 2013 e de 16,7% em relação à média de janeiro a junho de 2007. (Gráfico 8).

Gráfico 8

Valor Médio do Total dos Benefícios Emitidos (média de janeiro a junho de cada ano) – 2007 a 2014 – em R\$ de junho/2014 (INPC)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS
Elaboração: SPSPS/MPS



Em junho de 2014, foram concedidos 394,1 mil novos benefícios, queda de 10,9% (-48,1 mil benefícios) em relação ao mês anterior e de 5,9% (-24,9 mil benefícios), quando comparado com junho de 2013. Entre junho de 2014 e o mês anterior, todos os grandes grupos tiveram redução: os Benefícios Previdenciários diminuíram 10,8% (-41,7 mil benefícios), os Benefícios Acidentários, 10,3% (-2,7 mil benefícios) e os Benefícios Assistenciais, 13,1% (-3,7 mil benefícios), conforme pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (junho/2013, maio/2014 e junho/2014 e acumulado de janeiro a junho (2013 e 2014))

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS
Elaboração: SPSPS/MPS

| | JUN-13 (A) | MAI-14 (B) | JUN-14 (C) | VAR. % (C / B) | VAR. % (C / A) | ACUM. JAN. A JUN | | VAR. % |
|------------------------|----------------|----------------|----------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|--------------|
| | | | | | | 2013 | 2014 | |
| TOTAL | 419.024 | 442.238 | 394.120 | (10,9) | (5,9) | 2.553.637 | 2.497.470 | (2,2) |
| PREVIDENCIÁRIOS | 364.126 | 387.681 | 345.934 | (10,8) | (5,0) | 2.215.418 | 2.181.842 | (1,5) |
| Aposentadorias | 95.786 | 97.379 | 85.911 | (11,8) | (10,3) | 569.213 | 545.743 | (4,1) |
| Idade | 54.013 | 56.349 | 48.327 | (14,2) | (10,5) | 319.219 | 306.978 | (3,8) |
| Invalidez | 15.251 | 15.586 | 14.235 | (8,7) | (6,7) | 95.142 | 91.570 | (3,8) |
| Tempo de contribuição | 26.522 | 25.444 | 23.349 | (8,2) | (12,0) | 154.852 | 147.195 | (4,9) |
| Pensão por morte | 33.096 | 34.712 | 31.255 | (10,0) | (5,6) | 202.059 | 196.400 | (2,8) |
| Auxílio-doença | 180.290 | 196.375 | 177.046 | (9,8) | (1,8) | 1.115.923 | 1.119.126 | 0,3 |
| Salário-maternidade | 52.104 | 56.376 | 49.214 | (12,7) | (5,5) | 311.469 | 304.591 | (2,2) |
| Outros | 2.850 | 2.839 | 2.508 | (11,7) | (12,0) | 16.754 | 15.982 | (4,6) |
| ACIDENTÁRIOS | 27.267 | 26.311 | 23.603 | (10,3) | (13,4) | 168.706 | 153.572 | (9,0) |

| | JUN-13 (A) | MAI-14 (B) | JUN-14 (C) | VAR. % (C / B) | VAR. % (C / A) | ACUM. JAN. A JUN | | VAR. % |
|--|---------------|---------------|---------------|-------------------|-------------------|---------------------|----------------|---------------|
| | | | | | | 2013 | 2014 | |
| Aposentadorias | 948 | 827 | 746 | (9,8) | (21,3) | 5.746 | 5.220 | (9,2) |
| Pensão por morte | 38 | 27 | 33 | 22,2 | (13,2) | 238 | 192 | (19,3) |
| Auxílio-doença | 24.328 | 23.912 | 21.326 | (10,8) | (12,3) | 152.662 | 138.362 | (9,4) |
| Auxílio-acidente | 1.937 | 1.531 | 1.488 | (2,8) | (23,2) | 9.979 | 9.721 | (2,6) |
| Auxílio-suplementar | 16 | 14 | 10 | (28,6) | (37,5) | 81 | 77 | (4,9) |
| ASSISTENCIAIS | 27.543 | 28.205 | 24.513 | (13,1) | (11,0) | 169.076 | 161.722 | (4,3) |
| Amparos Assistenciais - LOAS | 27.543 | 28.205 | 24.513 | (13,1) | (11,0) | 169.076 | 161.722 | (4,3) |
| Idoso | 13.781 | 12.765 | 11.317 | (11,3) | (17,9) | 82.195 | 75.706 | (7,9) |
| Portador de deficiência | 13.762 | 15.440 | 13.196 | (14,5) | (4,1) | 86.881 | 86.016 | (1,0) |
| Pensões mensais vitalícias | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Rendas mensais vitalícias | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Idade | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Invalidez | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU) | 88 | 41 | 70 | 70,7 | (20,5) | 437 | 334 | (23,6) |

Tabela 4 (continuação)

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (junho/2013, maio/2014 e junho/2014 e acumulado de janeiro a junho (2013 e 2014)

*Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPSPS/MPS*

No primeiro semestre de 2014, a quantidade de benefícios concedidos foi de 2,5 milhões de benefícios, queda de 2,2% (-56,2 mil benefícios) em relação ao mesmo período de 2013. Todos os grandes grupos apresentaram redução, entre o primeiro semestre de 2013 e o período correspondente de 2014: os Benefícios Previdenciários diminuíram 1,5% (-33,6 mil benefícios), os Benefícios Acidentários, 9,0% (-15,1 mil benefícios) e os Benefícios Assistenciais tiveram queda de 4,3% (-7,3 mil benefícios).

Cabe observar que a concessão mensal de benefícios está sujeita a uma série de particularidades como número de dias úteis, disponibilidade de perícia médica, etc., o que pode prejudicar a comparação e análise mensal dos dados. Já anualmente é possível estabelecer uma base de comparação mais estável.

Anexos

Fluxo de Caixa

2014 (R\$ mil correntes)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência por meio da Secretaria do Tesouro Nacional.

(4) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(5) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(6) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(7) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(8) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(9) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP

(10) O saldo final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

| ITENS DE RECEITA E DESPESA | JAN | |
|---|--------------|-----|
| | | |
| 1. SALDO INICIAL | 18.341.223 | 4. |
| 2. RECEBIMENTOS | 28.238.117 | 38. |
| 2.1. ARRECADAÇÃO | 28.346.562 | 27. |
| - Arrecadação Bancária | 23.882.173 | 23. |
| - Simples (1) | 2.759.241 | 2. |
| - Programa de Recuperação Fiscal - Refis (2) | 7.211 | |
| - Arrecadação /Comprev / Dec. nº 6.900/09 | 225 | |
| - Arrecadação / Lei nº 11.941/09 | 288.718 | |
| - Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (3) | - | |
| - Arrecadação / DARF Setores Desonerados | 1.273.541 | 1. |
| - Depósitos Judiciais (4) | 113.039 | |
| - Outros | 33.181 | |
| - Restituições de Arrecadação | (10.766) | |
| 2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS | (87.551) | |
| 2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS | 16.712 | |
| 2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (5) | (10.774.049) | 2. |
| 2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO | 10.736.442 | 8. |
| Arrecadação-Simples/Refis/PAES/LEI Nº 11.941/FIES | 4.361.891 | 3. |
| Arrecadação - DARF'S/Compensação Lei nº 12.546 | 968.360 | |
| - Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin / Cofins - TRF) | 1.816.705 | |
| - Concursos e Prognósticos | 8.700 | |
| - Contribuição Social Sobre o Lucro | 727.074 | |
| - Cofins | 259.100 | |

| EM R\$ MIL - VALORES CORRENTES | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------------|
| | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | ACUM. 2014 |
| 223 | 4.205.815 | 4.296.937 | 4.549.338 | 6.451.905 | 4.595.566 | | | | | | | 18.341.223 |
| 117 | 38.467.498 | 40.758.075 | 42.848.008 | 39.872.231 | 43.594.534 | | | | | | | 233.778.462 |
| 562 | 27.172.471 | 26.904.877 | 27.434.043 | 28.117.753 | 28.041.310 | | | | | | | 166.017.017 |
| 173 | 23.109.554 | 22.850.196 | 23.295.041 | 23.682.741 | 23.485.078 | | | | | | | 140.304.783 |
| 241 | 2.263.914 | 2.269.249 | 2.250.420 | 2.486.106 | 2.475.827 | | | | | | | 14.504.757 |
| 211 | 7.508 | 7.420 | 17.490 | 6.879 | 7.221 | | | | | | | 53.728 |
| 225 | 236 | 440 | 2.035 | 1.169 | 79 | | | | | | | 4.184 |
| 718 | 299.203 | 280.422 | 276.313 | 286.529 | 327.512 | | | | | | | 1.758.696 |
| - | - | - | - | - | - | | | | | | | - |
| 541 | 1.321.999 | 1.389.002 | 1.522.528 | 1.467.341 | 1.564.734 | | | | | | | 8.539.145 |
| 039 | 143.151 | 74.119 | (26.139) | 157.978 | 154.280 | | | | | | | 616.427 |
| 181 | 26.906 | 34.030 | 96.355 | 29.012 | 26.580 | | | | | | | 246.063 |
| '66) | (34.812) | (16.297) | (30.038) | (31.362) | (15.004) | | | | | | | (138.280) |
| 51) | (64.916) | (104.355) | (170.308) | (186.293) | (197.040) | | | | | | | (810.464) |
| 712 | 10.520 | 12.340 | 14.556 | 18.603 | 14.395 | | | | | | | 87.126 |
| 49) | 2.667.041 | 4.506.896 | 2.716.438 | 3.420.833 | 4.469.309 | | | | | | | 7.006.468 |
| 442 | 8.682.382 | 9.438.317 | 12.853.280 | 8.501.334 | 11.266.559 | | | | | | | 61.478.314 |
| 891 | 3.919.530 | 3.980.122 | 4.163.106 | 4.275.866 | 4.401.874 | | | | | | | 25.102.389 |
| 360 | 984.480 | 1.002.580 | 2.221.770 | 1.321.730 | 1.717.580 | | | | | | | 8.216.500 |
| 705 | 19.892 | 352.806 | 503.113 | 605.270 | 456.789 | | | | | | | 3.754.574 |
| 700 | 67.621 | 56.008 | 55.052 | 59.037 | 45.570 | | | | | | | 291.988 |
| 074 | 782.612 | 562.887 | 540.128 | 624.539 | 912.442 | | | | | | | 4.149.681 |
| 100 | 83.808 | 279.402 | 279.392 | 237.579 | 125.332 | | | | | | | 1.264.613 |

continua ▀

Fluxo de Caixa (continuação)

- Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.
- (1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.
- (2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).
- (3) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência por meio da Secretaria do Tesouro Nacional.
- (4) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
- (5) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.
- (6) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.
- (7) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.
- (8) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.
- (9) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.
- (10) O saldo final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

| ITENS DE RECEITA E DESPESA | JAN | |
|---|-------------|-----|
| | | |
| - Cofins/LOAS | 1.320.346 | 2. |
| - Outras Receitas Vinculadas | 1.186.963 | |
| - Cofins/Desv. Imp. e Contrib. - EPU | 87.303 | |
| - Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros | - | |
| - Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social s/ Lucro - Contrapartida) | - | |
| - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional | - | |
| 3. PAGAMENTOS | - | |
| 3.1. PAGAMENTOS INSS | 37.985.877 | 34. |
| 3.1.1. BENEFÍCIOS | 33.306.631 | 31. |
| - Total de Benefícios | 32.172.001 | 30. |
| - Devolução de Benefícios | 32.406.804 | 30. |
| 3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS | (209.046) | (1) |
| 3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS | 29.125.085 | 27. |
| 3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (6) | 27.844.156 | 27. |
| 3.1.1.2. NÃO PREVIDENCIÁRIOS | 1.280.929 | |
| 3.1.1.2.1. EPU T.N. | 3.046.916 | 2. |
| 3.1.1.2.2. LOAS | 93.866 | |
| 3.1.2. PESSOAL (7) | 2.953.050 | 2 |
| 3.1.3. CUSTEIO (8) | 811.115 | |
| 3.2. TRANSF. A TERCEIROS (9) | 323.515 | |
| 4. ARRECAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2) | 4.679.245 | 2. |
| 5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1) | 24.529.838 | 25. |
| 6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEf. (4 – 3.1.1) | (4.595.246) | 2.5 |
| 7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3) | (7.642.163) | 5.3 |
| 8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3) (10) | (9.747.760) | 4.0 |

| EM R\$ MIL - VALORES CORRENTES | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|---------------|
| | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | ACUM. 2014 |
| 346 | 2.727.609 | 3.088.862 | 4.958.176 | 1.285.338 | 3.465.706 | | | | | | | 16.846.039 |
| 963 | - | - | - | - | - | | | | | | | 1.186.963 |
| 303 | 96.818 | 115.590 | 132.481 | 91.862 | 141.266 | | | | | | | 665.320 |
| - | - | - | - | - | - | | | | | | | - |
| - | - | - | - | - | - | | | | | | | - |
| - | 12 | 60 | 61 | 114 | - | | | | | | | 246 |
| - | - | - | - | - | - | | | | | | | - |
| 877 | 34.392.251 | 36.479.588 | 36.723.349 | 37.392.500 | 38.818.589 | | | | | | | 221.792.153 |
| 631 | 31.651.865 | 33.681.825 | 33.960.964 | 34.651.026 | 36.258.404 | | | | | | | 203.510.715 |
| 001 | 30.699.023 | 32.729.652 | 33.041.133 | 33.697.231 | 34.950.239 | | | | | | | 197.289.279 |
| 804 | 30.832.750 | 32.993.913 | 33.136.152 | 34.007.165 | 35.218.915 | | | | | | | 198.595.699 |
| 146) | (103.945) | (234.595) | (66.071) | (281.092) | (240.918) | | | | | | | (1.135.666) |
| 085 | 27.898.617 | 29.558.887 | 29.870.463 | 30.483.765 | 31.386.672 | | | | | | | 178.323.488 |
| 156 | 27.882.008 | 29.213.899 | 29.372.641 | 30.027.966 | 30.890.971 | | | | | | | 175.231.641 |
| 929 | 16.609 | 344.987 | 497.822 | 455.798 | 495.701 | | | | | | | 3.091.846 |
| 916 | 2.800.407 | 3.170.766 | 3.170.670 | 3.213.466 | 3.563.567 | | | | | | | 18.965.791 |
| 866 | 83.381 | 83.335 | 84.491 | 84.155 | 85.282 | | | | | | | 514.511 |
| 050 | 2.717.026 | 3.087.430 | 3.086.179 | 3.129.310 | 3.478.285 | | | | | | | 18.451.281 |
| 115 | 747.975 | 738.614 | 750.648 | 745.682 | 753.706 | | | | | | | 4.547.740 |
| 515 | 204.868 | 213.558 | 169.183 | 208.113 | 554.460 | | | | | | | 1.673.696 |
| 245 | 2.740.385 | 2.797.763 | 2.762.385 | 2.741.474 | 2.560.185 | | | | | | | 18.281.438 |
| 838 | 25.318.370 | 25.029.298 | 26.799.263 | 26.603.841 | 26.878.245 | | | | | | | 19.417.104 |
| 46) | 2.580.247) | 4.529.589) | (3.071.200) | 3.879.924) | 4.508.427) | | | | | | | (185.229.277) |
| 63) | 5.380.653) | (7.700.354) | (6.241.870) | (7.093.390) | (8.071.994) | | | | | | | 233.778.462 |
| 60) | 4.075.247 | 4.278.487 | 6.124.659 | 2.479.731 | 4.775.945 | | | | | | | 252.119.685 |

conclusão■

Fluxo de Caixa

jun/2014
(R\$ mil de jun/2014 - INPC)

Fonte: CGF/INSS.

- Elaboração: SPS/MPS
- Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.
- (1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.
- (2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00)
- (3) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência por meio da Secretaria do Tesouro Nacional.
- (4) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
- (5) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.
- (6) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.
- (7) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.
- (8) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.
- (9) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP
- (10) O saldo final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA

1. SALDO INICIAL

2. RECEBIMENTOS

2.1. ARRECADAÇÃO

- Arrecadação Bancária
- Simples (1)
- Programa de Recuperação Fiscal - Refis (2)
- Arrecadação /Comprev / Dec. nº 6.900/09
- Arrecadação / Lei nº 11.941/09
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (3)
- Arrecadação / DARF Setores Desonerados
- Depósitos Judiciais (4)
- Outras
- Restituições de Arrecadação

2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS

2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS

2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (5)

2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

- Arrecadação-Simples/Refis/PAES/LEI Nº 11.941/FIES
- Arrecadação - DARF'S/Compensação Lei nº 12.546
- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin. / COFINS - TRF)
- Concursos e Prognósticos
- Operações de Crédito Externa
- Cofins
- Cofins/LOAS

| | VALORES EM MIL R\$ DE JUN/2014 - INPC | | | | | | | |
|--|---------------------------------------|--------------|---------------|---------------------|--------------------|-----------------------------|----------------------------|---------------------------|
| | JUN-13 I | MAI-14 II | JUN-14 III | VAR. III/II EM % | VAR. III/I EM % | ACUM. JAN. A JUN-13 - IV | ACUM. JAN. A JUN-14 - V | VAR. ACUM. V / IV EM % |
| | 14.911.910 | 6.468.688 | 4.595.566 | (29,0) | (69,2) | 5.736.568 | 14.254.430 | 148,5 |
| | 40.848.697 | 41.206.700 | 44.991.653 | 9,2 | 10,1 | 236.611.892 | 244.272.943 | 3,2 |
| | 28.257.213 | 29.421.647 | 29.438.430 | 0,1 | 4,2 | 167.389.641 | 175.842.863 | 5,1 |
| | 23.356.269 | 23.744.343 | 23.485.078 | (1,1) | 0,6 | 142.296.850 | 142.266.624 | (0,0) |
| | 2.328.300 | 2.492.572 | 2.475.827 | (0,7) | 6,3 | 13.435.918 | 14.710.781 | 9,5 |
| | 8.382 | 6.896 | 7.221 | 4,7 | (13,9) | 53.261 | 54.432 | 2,2 |
| | 608 | 1.172 | 79 | (93,3) | (87,0) | 2.658 | 4.225 | 59,0 |
| | 288.802 | 287.274 | 327.512 | 14,0 | 13,4 | 2.044.198 | 1.782.929 | (12,8) |
| | 19.607 | - | - | - | (100,0) | 106.097 | - | (100,0) |
| | 1.154.896 | 1.471.158 | 1.564.734 | 6,4 | 35,5 | 5.122.865 | 8.651.744 | 68,9 |
| | 137.312 | 158.389 | 154.280 | (2,6) | 12,4 | 3.735.658 | 8.310.424 | 122,5 |
| | 19.951 | 29.087 | 26.580 | (8,6) | 33,2 | 1.134.775 | 624.934 | (44,9) |
| | (19.064) | (31.444) | (15.004) | (52,3) | (21,3) | 87.763 | 249.238 | 184,0 |
| | (124.588) | (186.778) | (197.040) | 5,5 | 58,2 | (264.241) | (140.091) | (47,0) |
| | 11.656 | 18.652 | 14.395 | (22,8) | 23,5 | (390.474) | (818.494) | 109,6 |
| | 3.043.725 | 3.429.731 | 4.469.309 | 30,3 | 46,8 | 150.680 | 88.289 | (41,4) |
| | 9.660.691 | 8.523.448 | 11.266.559 | 32,2 | 16,6 | 15.406.305 | 6.841.182 | (55,6) |
| | 3.800.331 | 4.286.988 | 4.401.874 | 2,7 | 15,8 | 54.055.741 | 62.319.103 | 15,3 |
| | 1.019.466 | 1.325.168 | 1.717.580 | 29,6 | 68,5 | 20.744.005 | 25.449.124 | 22,7 |
| | 444.715 | 606.844 | 456.789 | (24,7) | 2,7 | 3.735.658 | 8.310.424 | 122,5 |
| | 68.805 | 59.191 | 45.570 | (23,0) | (33,8) | 27.920 | 248 | (99,1) |
| | - | - | - | - | - | 5.426.170 | 3.823.796 | (29,5) |
| | 556.774 | 238.197 | 125.332 | (47,4) | (77,5) | 3.621.197 | 4.207.474 | 16,2 |
| | 3.001.424 | 1.288.681 | 3.465.706 | 168,9 | 15,5 | 657.694 | 673.748 | 2,4 |

continua ▀

Fluxo de Caixa (continuação)

- Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.
- (1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.
- (2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).
- (3) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência por meio da Secretaria do Tesouro Nacional.
- (4) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
- (5) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.
- (6) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.
- (7) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.
- (8) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.
- (9) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.
- (10) O saldo final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA

- Outras Receitas Vinculadas
- Cofins/Desv. Imp. e Contrib. - EPU
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros
- Contrib. Social sobre Lucro
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF

3. PAGAMENTOS

3.1. PAGAMENTOS INSS

3.1.1. BENEFÍCIOS

- Total de Benefícios
- Devolução de Benefícios

3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS

3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS

3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (6)

3.1.1.2. NÃO PREVIDENCIÁRIOS

3.1.1.2.1. EPU T.N.

3.1.1.2.2. LOAS

3.1.2. PESSOAL (7)

3.1.3. CUSTEIO (8)

3.2. TRANSF. A TERCEIROS (9)

4. ARRECAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)

5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)

6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 – 3.1.1)

7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)

8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3) (10)

| | VALORES EM MIL R\$ DE JUN/2014 - INPC | | | | | | | |
|--|---------------------------------------|--------------------|--------------------|---------------------|--------------------|-----------------------------|----------------------------|---------------------------|
| | JUN-13 I | MAI-14 II | JUN-14 III | VAR. III/II EM % | VAR. III/I EM % | ACUM. JAN. A JUN-13 - IV | ACUM. JAN. A JUN-14 - V | VAR. ACUM. V / IV EM % |
| | - | - | - | - | - | - | 1.224.208 | - |
| | 121.966 | 92.101 | 141.266 | 53,4 | 15,8 | - | - | - |
| | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 647.471 | 626.164 | 912.442 | 45,7 | 40,9 | - | - | - |
| | (261) | 115 | - | (100,0) | (100,0) | 2.035.697 | 1.282.453 | (37,0) |
| | 35.625.488 | 37.489.764 | 38.818.589 | 3,5 | 9,0 | 220.787.591 | 224.852.555 | 1,8 |
| | 32.907.980 | 34.741.159 | 36.258.404 | 4,4 | 10,2 | 203.069.753 | 206.279.237 | 1,6 |
| | 31.959.687 | 33.784.883 | 34.950.239 | 3,4 | 9,4 | 197.239.801 | 199.972.451 | 1,4 |
| | 32.145.533 | 34.095.624 | 35.218.915 | 3,3 | 9,6 | 198.631.747 | 201.295.538 | 1,3 |
| | (156.663) | (281.824) | (240.918) | (14,5) | 53,8 | (1.216.227) | (1.149.973) | (5,4) |
| | 28.911.862 | 30.563.058 | 31.386.672 | 2,7 | 8,6 | 178.676.554 | 180.753.614 | 1,2 |
| | 28.404.516 | 30.106.074 | 30.890.971 | 2,6 | 8,8 | 173.030.096 | 177.610.002 | 2,6 |
| | 507.345 | 456.984 | 495.701 | 8,5 | (2,3) | 5.646.458 | 3.143.612 | (44,3) |
| | 3.047.825 | 3.221.825 | 3.563.567 | 10,6 | 16,9 | 18.563.247 | 19.218.836 | 3,5 |
| | 85.131 | 84.374 | 85.282 | 1,1 | 0,2 | 523.038 | 521.846 | (0,2) |
| | 2.962.694 | 3.137.450 | 3.478.285 | 10,9 | 17,4 | 18.040.209 | 18.696.991 | 3,6 |
| | 748.283 | 747.622 | 753.706 | 0,8 | 0,7 | 4.586.768 | 4.612.335 | 0,6 |
| | 200.011 | 208.654 | 554.460 | 165,7 | 177,2 | 1.243.184 | 1.694.451 | 36,3 |
| | 2.717.508 | 2.748.605 | 2.560.185 | (6,9) | (5,8) | 17.717.838 | 18.573.318 | 4,8 |
| | 25.539.705 | 26.673.042 | 26.878.245 | 0,8 | 5,2 | 149.671.803 | 157.269.545 | 5,1 |
| | (3.372.157) | (3.890.016) | (4.508.427) | 15,9 | 33,7 | (29.004.752) | (23.484.070) | (19,0) |
| | (6.419.982) | (7.111.841) | (8.071.994) | 13,5 | 25,7 | (47.567.998) | (42.702.906) | (10,2) |
| | 5.223.209 | 3.716.936 | 6.173.064 | 66,1 | 18,2 | 15.824.300 | 19.420.387 | 22,7 |
| | 20.135.119 | 10.185.624 | 10.768.630 | 5,7 | (46,5) | 20.135.119 | 10.185.624 | (49,4) |

conclusão■

Tabela 3

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios

(R\$ milhões de jun/2014 - INPC)

Fonte: CGF/INSS;

Elaboração: SPPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do Simples. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação

(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2,288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

| PERÍODO | ARRECAÇÃO BRUTA (1) | TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS | ARRECAÇÃO LÍQUIDA | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | RELAÇÃO % | SALDO |
|---|------------------------|-------------------------------|----------------------|-------------------------------|--------------|---------------|
| | (A) | (B) | C = (A - B) | (2) (3) (4) (5) | E=(D/C) | F= (C - D) |
| | | | | (D) | | |
| VALORES REFERENTES AO ACUMULADO ATÉ O MÊS DE JUNHO, A PREÇOS DE JUN/2014 INPC | | | | | | |
| 2004 | 79.221 | 6.119 | 73.102 | 95.066 | 130,0 | (21.964) |
| 2005 | 85.021 | 5.603 | 79.418 | 105.505 | 132,8 | (26.087) |
| 2006 | 93.744 | 7.504 | 86.240 | 115.885 | 134,4 | (29.646) |
| 2007 | 104.661 | 9.761 | 94.900 | 126.299 | 133,1 | (31.399) |
| 2008 | 116.641 | 11.956 | 104.685 | 130.594 | 124,7 | (25.908) |
| 2009 | 122.999 | 12.644 | 110.355 | 139.045 | 126,0 | (28.691) |
| 2010 | 135.069 | 13.712 | 121.356 | 150.377 | 123,9 | (29.020) |
| 2011 | 147.943 | 15.322 | 132.621 | 156.162 | 117,8 | (23.541) |
| 2012 | 160.982 | 16.781 | 144.201 | 167.777 | 116,3 | (23.576) |
| 2013 | 167.390 | 17.718 | 149.672 | 178.677 | 119,4 | (29.005) |
| 2014 | 175.843 | 18.573 | 157.270 | 180.754 | 114,9 | (23.484) |
| jun/12 | 27.107 | 2.565 | 24.542 | 27.670 | 112,7 | (3.128) |
| jul/12 | 27.704 | 2.530 | 25.173 | 28.089 | 111,6 | (2.916) |
| ago/12 | 27.928 | 2.586 | 25.342 | 30.894 | 121,9 | (5.551) |
| set/12 | 26.746 | 2.594 | 24.151 | 36.579 | 151,5 | (12.428) |
| out/12 | 27.383 | 2.547 | 24.836 | 27.964 | 112,6 | (3.128) |
| nov/12 | 27.415 | 2.606 | 24.809 | 30.749 | 123,9 | (5.940) |
| dez/12 | 44.944 | 2.613 | 42.331 | 35.129 | 83,0 | 7.201 |
| jan/13 | 27.703 | 4.459 | 23.244 | 29.949 | 128,8 | (6.705) |
| fev/13 | 26.375 | 2.706 | 23.669 | 27.407 | 115,8 | (3.738) |
| mar/13 | 26.924 | 2.600 | 24.324 | 29.724 | 122,2 | (5.400) |
| abr/13 | 29.570 | 2.604 | 26.967 | 33.564 | 124,5 | (6.597) |
| mai/13 | 28.561 | 2.632 | 25.928 | 29.121 | 112,3 | (3.192) |
| jun/13 | 28.257 | 2.718 | 25.540 | 28.912 | 113,2 | (3.372) |

continua ■

| PERÍODO | ARRECADAÇÃO BRUTA (1) | TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS | ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | RELAÇÃO % | SALDO |
|---------|--------------------------|-------------------------------|------------------------|-------------------------------|--------------|---------------|
| | (A) | (B) | C = (A - B) | (2) (3) (4) (5) | E=(D/C) | F= (C - D) |
| | | | | (D) | | |
| jul/13 | 28.890 | 2.693 | 26.197 | 29.475 | 112,5 | (3.278) |
| ago/13 | 29.138 | 2.757 | 26.381 | 32.459 | 123,0 | (6.079) |
| set/13 | 29.203 | 2.741 | 26.462 | 38.900 | 147,0 | (12.439) |
| out/13 | 29.517 | 2.776 | 26.741 | 29.592 | 110,7 | (2.851) |
| nov/13 | 29.619 | 2.780 | 26.838 | 32.048 | 119,4 | (5.210) |
| dez/13 | 46.051 | 2.727 | 43.325 | 37.665 | 86,9 | 5.660 |
| jan/14 | 30.126 | 4.826 | 25.300 | 30.039 | 118,7 | (4.739) |
| fev/14 | 28.755 | 2.808 | 25.947 | 28.591 | 110,2 | (2.644) |
| mar/14 | 28.286 | 2.844 | 25.442 | 30.046 | 118,1 | (4.604) |
| abr/14 | 29.816 | 2.786 | 27.030 | 30.128 | 111,5 | (3.098) |
| mai/14 | 29.422 | 2.749 | 26.673 | 30.563 | 114,6 | (3.890) |
| jun/14 | 29.438 | 2.560 | 26.878 | 31.387 | 116,8 | (4.508) |

conclusão ■

Tabela 3 (continuação)

Relação entre a
Arrecadação Líquida e a
Despesa com Benefícios
(R\$ milhões de
jun/2014 - INPC)

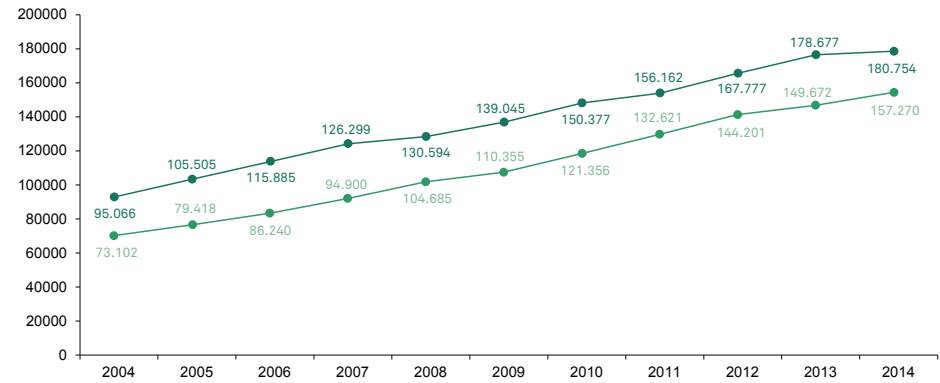


Gráfico 1

Arrecadação Líquida X
Despesa com Benefícios
(acumulado até o mês de
junho de cada ano, em R\$
milhões de jun/2014 - INPC)

Legenda

- Arrecadação Líquida
- Benefícios Previdenciários





